



PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90011/2025

PROCESSO Nº 2025159178404

UASG Nº 926668

OBJETO

AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS PARA MODERNIZAÇÃO DO APARATO AUDIOVISUAL DA SECRETARIA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL, BEM COMO DOS GABINETES E OUTROS SETORES DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO.

DATA DA SESSÃO

19/05/2026

HORÁRIO DA SESSÃO

10h

LOCAL DA SESSÃO

Sítio eletrônico: www.gov.br/compras

**Registro de
Preços?**

**Forma de
Adjudicação**

**Itens Exclusivos
p/ ME/EPP?**

**Reserva de Cota
p/ ME/EPP?**

NÃO

POR LOTE E ITEM

NÃO

NÃO

OBSERVAÇÕES GERAIS



EDITAL DO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 011/2025

O Estado de Mato Grosso, por meio de sua **ASSEMBLEIA LEGISLATIVA - ALMT**, torna público que realizará na data, horário e local abaixo descritos, licitação na modalidade **PREGÃO ELETRÔNICO**, do tipo **MENOR PREÇO**, forma de adjudicação por **LOTE e ITEM**, com modo de disputa **ABERTO**, nos termos da Lei nº 14.133/2021, da Lei Complementar Federal nº 123/2006, da Lei Complementar Estadual nº 605/2018 e demais normas concernentes à matéria.

Data: 19/05/2026

Horário: 10h00

Local: <https://www.gov.br/compras/pt-br>

Obs¹: As publicações e documentos relativos a esta licitação poderão ser consultados nos sítios eletrônicos <https://www.al.mt.gov.br/transparencia/> e <https://www.gov.br/compras/pt-br>.

Obs²: Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília – DF.

1. DO OBJETO

1.1. Constitui o objeto da presente licitação:

AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS PARA MODERNIZAÇÃO DO APARATO AUDIOVISUAL DA SECRETARIA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL, BEM COMO DOS GABINETES E OUTROS SETORES DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO.

1.2. Em caso de divergência entre as especificações do objeto descritas no sistema Compras.gov.br e as constantes neste Edital, prevalecerão estas.

2. DA PARTICIPAÇÃO

2.1. Poderão participar deste certame os interessados cujo ramo de atividade seja compatível com o objeto desta licitação e que estejam com credenciamento regular no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores – SICAF, do Governo Federal.

2.1.1. Os licitantes deverão utilizar o certificado digital para acesso ao Sistema.



2.2. Não poderão concorrer nesta licitação os interessados:

2.2.1. que se enquadrem nas vedações previstas no artigo 14 da Lei 14.133/21;

2.2.2. que não atendam às condições deste Edital e seus anexos, especialmente ao requisitos de habilitação;

2.2.3. estrangeiros que não tenham representação legal no Brasil com poderes expressos para receber citação e responder administrativa ou judicialmente;

2.2.4. que estejam reunidas em consórcio;

2.2.5. qualificados como Organização da Sociedade Civil de Interesse Público – OSCIP, atuando nessa condição.

2.3. Não poderão, ainda, participar direta ou indiretamente da licitação ou da execução do contrato agente público vinculado, de qualquer forma, aos setores encarregados das licitações e contratações da ALMT, bem como seu cônjuge, companheiro ou parentes, consanguíneos ou afins, em linha reta ou colateral, até o terceiro grau, devendo ser evitadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da Lei Federal nº 12.813/13.

2.4. A declaração falsa relativa ao cumprimento de qualquer condição sujeitará o licitante às sanções previstas em lei e neste Edital.

3. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO

3.1. Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar o Edital de licitação por irregularidade na aplicação da legislação regente ou para solicitar esclarecimento sobre os seus termos, devendo protocolar o pedido até 3 (três) dias úteis antes da data de abertura do certame.

3.1.1. As impugnações e os pedidos de esclarecimento poderão ser feitos por forma eletrônica, pelo email **sgel@al.mt.gov.br**, ou por petição dirigida e protocolada no setor de protocolo geral do edifício sede da Assembleia Legislativa do Estado de Mato Grosso (endereço constante no rodapé).

3.2. Caso procedente e acolhida a impugnação do Edital, seus vícios serão sanados e, caso afete a formulação das propostas, nova data será designada pela Administração para a realização do certame.

3.3. A resposta à impugnação ou ao pedido de esclarecimento será divulgada em sítio eletrônico oficial no prazo de até 3 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame.





3.4. As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.

3.4.1. A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pelo pregoeiro, nos autos do processo de licitação.

4. DO CREDENCIAMENTO

4.1. O credenciamento é o nível básico do registro cadastral no SICAF, que permite a participação dos interessados na modalidade licitatória Pregão, em sua forma eletrônica.

4.2. O cadastro no SICAF poderá ser iniciado no portal de Compras do Governo Federal, no sítio www.gov.br/compras por meio de certificado digital conferido pela Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira – ICP – Brasil.

4.3. O credenciamento junto ao provedor no sistema implica a responsabilidade do licitante ou de seu representante legal e a presunção de sua capacidade técnica para a realização das transações inerentes a este Pregão.

4.4. O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluindo a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.

4.5. É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais no SICAF e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

4.5.1. A não observância do disposto no subitem anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

5. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

5.1. Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema, proposta com a descrição do objeto ofertado e o preço, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública, quando, então, encerrar-se-á automaticamente a etapa de envio dessa documentação.

5.2. O envio da proposta ocorrerá por meio de chave de acesso e senha.

5.3. No cadastramento da proposta inicial, o licitante declarará, em campo próprio do sistema, que:



5.3.1. está ciente e concorda com as condições contidas no edital e seus anexos, bem como de que a proposta apresentada compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de sua entrega em definitivo e que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no instrumento convocatório;

5.3.2. não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição;

5.3.3. não possui, em sua cadeia produtiva, empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal;

5.3.4. cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

5.4. O envio dos documentos de habilitação, referentes ao licitante mais bem classificado, somente será exigido em momento posterior ao julgamento das propostas.

5.5. Os licitantes poderão deixar de apresentar os documentos de habilitação que constem do SICAF, assegurado aos demais licitantes o direito de acesso aos dados constantes dos sistemas.

5.6. As Microempresas e Empresas de Pequeno Porte deverão encaminhar a documentação de habilitação, ainda que haja alguma restrição de regularidade fiscal e trabalhista, nos termos do art. 43, § 1º da LC nº 123, de 2006.

5.7. Até a abertura da sessão pública, os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta anteriormente inseridos no sistema.

5.8. Desde que disponibilizada a funcionalidade no sistema, o licitante poderá parametrizar o seu valor final mínimo ou o seu percentual de desconto máximo quando do cadastramento da proposta e obedecerá às seguintes regras:

5.8.1. a aplicação do intervalo mínimo de diferença de valores ou de percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao lance que cobrir a melhor oferta; e

5.8.2. os lances serão de envio automático pelo sistema, respeitado o valor final mínimo estabelecido e o intervalo de que trata o subitem acima.



5.9. O valor final mínimo ou o percentual de desconto final máximo parametrizado no sistema poderá ser alterado pelo fornecedor durante a fase de disputa, sendo vedado:

5.9.1. valor superior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema, quando adotado o critério de julgamento por menor preço; e

5.9.2. percentual de desconto inferior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema, quando adotado o critério de julgamento por maior desconto.

5.10. O valor final mínimo ou o percentual de desconto final máximo parametrizado na forma do item 5.8. possuirá caráter sigiloso para os demais fornecedores e para o órgão ou entidade promotora da licitação, podendo ser disponibilizado estrita e permanentemente aos órgãos de controle externo e interno.

5.11. Caberá ao licitante interessado em participar da licitação acompanhar as operações no sistema eletrônico durante o processo licitatório e se responsabilizar pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de mensagens emitidas pela Administração ou de sua desconexão.

5.12. O licitante deverá comunicar imediatamente ao provedor do sistema qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a segurança, para imediato bloqueio de acesso.

6. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA

6.1. O licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos seguintes campos, no que couber:

6.1.1. Preço proposto, compreendendo o preço unitário e total ou percentual de desconto, conforme o caso.

6.1.2. Marca, modelo e fabricante.

6.1.3. Descrição detalhada do objeto, atentando-se para as especificações do Termo de Referência.

6.1.3.1. Deverão ser evitadas descrições que se revelem meras remissões ao edital e seus anexos.

6.2. Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam a Contratada.





6.3. Nos valores propostos consideram-se inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente no objeto licitado.

6.4. Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

6.5. O prazo de validade da proposta não será inferior a 90 (noventa) dias, a contar da data de sua apresentação.

6.6. Serão desclassificadas as propostas que não atenderem às exigências do presente edital e seus anexos, bem como as que apresentem omissões e irregularidades insanáveis, ressalvado o disposto no item 19.4. deste Edital.

7. DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES

7.1. A abertura da presente licitação dar-se-á em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital.

7.2. O Pregoeiro verificará as propostas apresentadas, desclassificando desde logo aquelas que identifiquem o licitante.

7.2.1. A desclassificação será sempre fundamentada e registrada no sistema, com acompanhamento em tempo real por todos os participantes.

7.2.2. A não desclassificação da proposta não impede o seu julgamento definitivo em sentido contrário, levado a efeito na fase de aceitação.

7.3. O sistema ordenará automaticamente as propostas classificadas, sendo que somente estas participarão da fase de lances.

7.4. Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio do sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.

7.4.1. O lance deve ser ofertado pelo valor total/unitário do item ou percentual de desconto.

7.5. Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital.

7.6. O licitante somente poderá oferecer lance de valor inferior ou percentual de desconto superior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.

7.7. O intervalo mínimo de diferença de valores ou percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta, deverá ser de R\$ 0,01 (um centavo).



7.8. O intervalo entre os lances enviados pelo mesmo licitante não poderá ser inferior a vinte (20) segundos e o intervalo entre lances não poderá ser inferior a três (3) segundos, sob pena de serem automaticamente descartados pelo sistema.

7.9. Será adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o modo de disputa **“ABERTO”**, em que os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com prorrogações.

7.10. A etapa de lances da sessão pública terá duração de dez minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública.

7.11. A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o item anterior, será de dois minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.

7.12. Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente.

7.13. Encerrada a fase competitiva, se a diferença em relação à proposta classificada em segundo lugar for de pelo menos 5% (cinco por cento), o pregoeiro poderá admitir o reinício da disputa aberta, para a definição das demais colocações.

7.14. Em caso de falha no sistema, os lances em desacordo com os subitens anteriores deverão ser desconsiderados pelo pregoeiro, devendo a ocorrência ser comunicada imediatamente à Secretaria de Gestão do Ministério da Economia.

7.14.1. Na hipótese do subitem anterior, a ocorrência será registrada em campo próprio do sistema.

7.15. Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.

7.16. Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.

7.17. No caso de desconexão com o Pregoeiro, no decorrer da etapa competitiva do Pregão, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.

7.18. Quando a desconexão do sistema eletrônico para o pregoeiro persistir por tempo superior a dez minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada



somente após decorridas vinte e quatro horas da comunicação do fato pelo Pregoeiro aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.

7.19. Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.

7.20. Em relação a itens não exclusivos para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, se for o caso, serão adotados, para fins de atendimento ao disposto no art. 44 da Lei Complementar Federal nº 123/2006, os procedimentos descritos no item 10 deste Edital.

7.21. Quando houver propostas beneficiadas com as margens de preferência em relação ao produto estrangeiro, o critério de desempate será aplicado exclusivamente entre as propostas que fizerem jus às margens de preferência, conforme regulamento.

7.22. A ordem de apresentação pelos licitantes é utilizada como um dos critérios de classificação, de maneira que só poderá haver empate entre propostas iguais (não seguidas de lances).

7.23. Havendo eventual empate entre propostas ou lances, o critério de desempate será aquele previsto no art. 60 da Lei 14.133/21.

7.24. Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, o pregoeiro poderá negociar condições mais vantajosas com o primeiro colocado.

7.24.1. A negociação poderá ser feita com os demais licitantes, segundo a ordem de classificação inicialmente estabelecida, quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do preço máximo definido pela Administração.

7.24.2. A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

7.25. Após a negociação do preço, o Pregoeiro iniciará a fase de julgamento da proposta.

8. DO JULGAMENTO DA PROPOSTA VENCEDORA

8.1. Encerrada a etapa de negociação, o pregoeiro solicitará, para fins de efetuar juízo de aceitabilidade, no prazo de 02 (duas) horas, exclusivamente do licitante melhor classificado, o envio da proposta adequada ao último lance ofertado.

8.1.1. A proposta adequada ao último lance deverá ser acompanhada, ainda, de planilha de composição de custos, com o propósito de dar suporte a futura e eventual solicitação de reequilíbrio econômico-financeiro do contrato, tratada no art. 124, II, “d”, da Lei nº 14.133/21.



8.1.1.1. O não envio da aludida planilha de custos, ou sua imprecisão, implicará na renúncia tácita a possíveis impugnações em face do valor apurado/arbitrado pela Administração para fins de fazer frente à alegada flutuação dos valores originais do contrato.

8.2. Serão desclassificadas as propostas que:

8.2.1. contiverem vícios insanáveis;

8.2.2. não obedecerem às especificações técnicas pormenorizadas no edital;

8.2.3. apresentarem preços inexequíveis ou permanecerem acima do orçamento estimado para a contratação;

8.2.4. não tiverem sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;

8.2.5. apresentarem desconformidade com quaisquer outras exigências do edital, desde que insanável.

8.3. O Pregoeiro poderá realizar diligências para aferir a exequibilidade das propostas ou exigir dos licitantes que ela seja demonstrada.

8.4. Na hipótese de necessidade de suspensão da sessão pública para a realização de diligências, com vistas ao saneamento das propostas, a sessão pública somente poderá ser reiniciada mediante aviso prévio no sistema com, no mínimo, vinte e quatro horas de antecedência, e a ocorrência será registrada em ata;

8.5. Sem prejuízo do disposto no subitem anterior, o pregoeiro poderá convocar o licitante para enviar documento digital complementar, por meio de funcionalidade disponível no sistema, no prazo de **02 (duas) horas**, sob pena de não aceitação da proposta.

8.5.1. Os prazos estabelecidos acima poderão ser prorrogados pelo Pregoeiro por solicitação escrita e justificada do licitante, formulada antes de findo o prazo, e formalmente aceita pelo Pregoeiro.

8.5.2. Dentre os documentos passíveis de solicitação pelo Pregoeiro, destacam-se os que contenham as características do material ofertado, tais como marca, modelo, tipo, fabricante e procedência, além de outras informações pertinentes, a exemplo de catálogos, folhetos ou propostas, encaminhados por meio eletrônico, ou, se for o caso, por outro meio e prazo indicados pelo Pregoeiro, sem prejuízo do seu ulterior envio pelo sistema eletrônico, sob pena de não aceitação da proposta.

8.6. Caso a proposta classificada em primeiro lugar tenha se beneficiado da aplicação da margem de preferência, o Pregoeiro solicitará ao licitante que envie imediatamente, por meio eletrônico, com posterior encaminhamento por via



postal, o documento comprobatório da caracterização do produto manufaturado nacional.

8.7. O licitante que não apresentar o documento comprobatório, ou cujo produto não atender aos regulamentos técnicos pertinentes e normas técnicas brasileiras aplicáveis, não poderá usufruir da aplicação da margem de preferência, sem prejuízo das penalidades cabíveis.

8.7.1. Nessa hipótese, bem como em caso de inabilitação do licitante, as propostas serão reclassificadas, para fins de nova aplicação da margem de preferência.

8.8. Se a proposta ou lance vencedor for desclassificado, o Pregoeiro examinará a proposta ou lance subsequente, e, assim sucessivamente, na ordem de classificação.

8.9. Nas hipóteses em que o Pregoeiro não aceitar a proposta e passar à subsequente, poderá negociar com o licitante para que seja obtido preço melhor.

8.10. Caso o Termo de Referência exija a apresentação de amostra, o licitante classificado em primeiro lugar deverá apresentá-la, conforme disciplinado no Termo de Referência, sob pena de não aceitação da proposta.

8.10.1. Por meio de mensagem no sistema, será divulgado o local e horário de realização do procedimento para a avaliação das amostras, cuja presença será facultada a todos os interessados, incluindo os demais licitantes.

8.10.2. Os resultados das avaliações serão divulgados por meio de mensagem no sistema.

8.10.3. No caso de não haver entrega da amostra ou ocorrer atraso na entrega, sem justificativa aceita pelo Pregoeiro, ou havendo entrega de amostra fora das especificações previstas neste Edital, a proposta do licitante será recusada.

8.10.4. Se a(s) amostra(s) apresentada(s) pelo primeiro classificado não for(em) aceita(s), o Pregoeiro analisará a aceitabilidade da proposta ou lance ofertado pelo segundo classificado. Seguir-se-á com a verificação da(s) amostra(s) e, assim, sucessivamente, até a verificação de uma que atenda às especificações constantes no Termo de Referência.

8.11. Encerrada a análise acerca da aceitação da proposta, o pregoeiro solicitará ao licitante melhor classificado, por meio do sistema, o envio dos documentos de habilitação, observado o disposto neste Edital.

9. DA HABILITAÇÃO



9.1. Como condição prévia ao exame da documentação de habilitação do licitante detentor da proposta classificada em primeiro lugar, o Pregoeiro verificará o eventual descumprimento das condições de participação, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta, dentre outros, aos seguintes cadastros:

9.1.1. SICAF;

9.1.2. Consulta Consolidada de Pessoa Jurídica do Tribunal de Contas da União (<https://certidoes-apf.apps.tcu.gov.br/>)

9.1.3. Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso (<http://jurisdicionado.tce.mt.gov.br/conteudo/index/sid/477>);

9.1.4. Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS, mantido pela Controladoria-Geral da União (www.portaldatransparencia.gov.br/ceis); e

9.1.5. Cadastro Nacional de Empresas Punidas – CNEP, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/cnep>).

9.1.6. A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa licitante e também de seu sócio majoritário, por força do artigo 12 da Lei nº 8.429, de 1992.

9.1.6.1. Caso conste na Consulta de Situação do Fornecedor a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o Pregoeiro diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas.

9.1.6.2. A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros.

9.1.6.3. O licitante será convocado para manifestação previamente à sua desclassificação.

9.1.7. Constatada a existência de sanção, o Pregoeiro reputará o licitante inabilitado, por falta de condição de participação.

9.2. Caso atendidas as condições de participação, a habilitação do licitante será verificada por meio do SICAF, nos documentos por ele abrangidos em relação à habilitação jurídica, à regularidade fiscal e trabalhista, à qualificação econômica financeira e habilitação técnica, conforme o disposto na Instrução Normativa SEGES/MP nº 03, de 2018.

9.2.1. O interessado, para efeitos de habilitação prevista na Instrução Normativa SEGES/MP nº 03, de 2018 mediante utilização do sistema,



deverá atender às condições exigidas no cadastramento no SICAF até o terceiro dia útil anterior à data prevista para recebimento das propostas;

9.2.2. É dever do licitante atualizar previamente as comprovações constantes do SICAF para que estejam vigentes na data da abertura da sessão pública, ou encaminhar, em conjunto com a apresentação da proposta, a respectiva documentação atualizada.

9.2.3. O descumprimento do subitem acima implicará a inabilitação do licitante, exceto se a consulta aos sítios eletrônicos oficiais emissores de certidões feita pelo Pregoeiro lograr êxito em encontrar a(s) certidão(ões) válida(s), conforme art. 43, §3º, do Decreto 10.024, de 2019.

9.3. Havendo a necessidade de envio de documentos de habilitação complementares, necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados, o licitante será convocado a encaminhá-los, em formato digital, via sistema, no prazo de **02 (duas) horas**, sob pena de inabilitação.

9.4. Havendo dúvida razoável quanto à autenticidade do documento digital ou em razão de outro motivo devidamente justificado, o Pregoeiro, a qualquer momento, poderá solicitar ao licitante o envio dos documentos originais não-digitais ou por cópia autenticada.

9.4.1. Os originais ou cópias autenticadas, caso sejam solicitados, deverão ser encaminhados à **Assembleia Legislativa do Estado de Mato Grosso - Superintendência do Grupo Executivo de Licitação SGEL – ALMT, situada na Avenida André Antonio Maggi, Lote 06, S/N, Setor A, CPA, CEP: 78049-901, Cuiabá-MT – Tel.: (65) 3313-6410.**

9.5. Não serão aceitos documentos de habilitação com indicação de CNPJ/CPF diferentes, salvo aqueles legalmente permitidos.

9.6. Se o licitante for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se o licitante for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto aqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.

9.6.1. Serão aceitos registros de CNPJ de licitante matriz e filial com diferenças de números de documentos pertinentes ao CND e ao CRF/FGTS, quando for comprovada a centralização do recolhimento dessas contribuições.

9.7. Ressalvado o disposto no item 4.3, os licitantes deverão encaminhar, nos termos deste Edital, a documentação relacionada nos itens a seguir, para fins de habilitação:



9.8. Habilitação Jurídica:

9.8.1. No caso de empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

9.8.2. Em se tratando de microempreendedor individual – MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio www.portaldoempreendedor.gov.br;

9.8.3. No caso de sociedade empresária ou empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado na Junta Comercial da respectiva sede, acompanhado de documento comprobatório de seus administradores;

9.8.4. Inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz, no caso de ser o participante sucursal, filial ou agência;

9.8.5. No caso de sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil das Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de prova da indicação dos seus administradores;

9.8.6. No caso de cooperativa: ata de fundação e estatuto social em vigor, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, bem como o registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 1971;

9.8.7. No caso de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País: decreto de autorização;

9.8.8. Os documentos acima deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

9.9. Regularidade Fiscal e Trabalhista

9.9.1. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica – CNPJ ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;

9.9.2. Prova de Inscrição no cadastro de contribuinte Municipal e/ou Estadual, relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto desta licitação;

9.9.3. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil - RFB e pela Procuradoria Geral da Fazenda Nacional - PGFN, referente a todos os tributos federais e à Dívida Ativa da União - DAU por elas administrados, inclusive aqueles relativos à



Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02/10/2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.

9.9.4. Prova de regularidade para com a Fazenda Municipal e/ou Estadual, através de certidão expedida pela respectiva Secretaria Estadual da sede ou domicílio da licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto desta licitação;

9.9.5. Prova de Regularidade relativa à Seguridade Social e ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço – FGTS;

9.9.6. Prova de Regularidade Trabalhista perante a Justiça do Trabalho;

9.9.7. Caso o licitante seja considerado isento dos tributos municipais e/ou estaduais relacionados ao objeto licitatório, deverá comprovar tal condição mediante declaração da respectiva fazenda pública do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei;

9.9.8. Caso o licitante detentor do menor preço seja qualificado como microempresa ou empresa de pequeno porte deverá apresentar toda a documentação exigida para efeito de comprovação de regularidade fiscal, mesmo que esta apresente alguma restrição, sob pena de inabilitação.

9.10. Qualificação Econômico - Financeira:

9.10.1. Certidão Negativa de Falência, expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica, com data de até 90 (noventa) dias anteriores à data de apresentação das propostas;

9.11. Declarações:

9.11.1. Será verificado se o licitante apresentou no sistema, sob pena de inabilitação, a declaração de que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas;

9.11.2. Será verificado se o licitante apresentou no sistema, sob pena de inabilitação, declaração de que suas propostas econômicas compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas

9.12. Havendo necessidade de analisar minuciosamente os documentos exigidos, o Pregoeiro suspenderá a sessão, informando no “chat” a nova data e horário para a continuidade da mesma.



9.13. Constatado o atendimento às exigências de habilitação fixadas no Edital, o licitante será declarado vencedor.

10. DO TRATAMENTO FAVORECIDO PARA ME/EPP/MEI

10.1. Aos licitantes regularmente enquadrados como Microempresa, Empresa de Pequeno Porte e Microempreendedor Individual, nos termos da Lei Complementar Federal nº 123/2006, será concedido tratamento favorecido, em conformidade com a norma geral de âmbito federal, bem assim a Lei Complementar Estadual nº 605/2018:

10.1.1. Na classificação das propostas, disputa por lances e julgamento da proposta vencedora:

10.1.1.1. Em relação a itens não exclusivos para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, uma vez encerrada a etapa de lances, será efetivada a verificação automática, junto à Receita Federal, do porte da entidade empresarial. O sistema identificará em coluna própria as microempresas e empresas de pequeno porte participantes, procedendo à comparação com os valores da primeira colocada, se esta for empresa de maior porte, assim como das demais classificadas, para o fim de aplicar-se o disposto nos arts. 44 e 45 da LC nº 123, de 2006, regulamentada pelo Decreto nº 8.538, de 2015.

10.1.1.2. Nessas condições, as propostas de microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrarem na faixa de até 5% (cinco por cento) acima da melhor proposta ou melhor lance serão consideradas empatadas com a primeira colocada.

10.1.1.3. A melhor classificada nos termos do item anterior terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ao da primeira colocada, no prazo de 5 (cinco) minutos controlados pelo sistema, contados após a comunicação automática para tanto.

10.1.1.4. Caso a microempresa ou a empresa de pequeno porte melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes microempresa e empresa de pequeno porte que se encontrem naquele intervalo de 5% (cinco por cento), na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido no subitem anterior.

10.1.1.5. No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem nos intervalos estabelecidos nos subitens anteriores, será realizado



sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.

10.1.1.6. Nos itens não exclusivos para a participação de microempresas e empresas de pequeno porte, sempre que a proposta não for aceita, e antes de o Pregoeiro passar à subsequente, haverá nova verificação, pelo sistema, da eventual ocorrência do empate ficto, previsto nos artigos 44 e 45 da LC nº 123, de 2006, seguindo-se a disciplina antes estabelecida, se for o caso.

10.1.2. Na fase de habilitação:

10.1.2.1. A existência de restrição relativamente à regularidade fiscal e trabalhista não impede que a licitante qualificada como microempresa ou empresa de pequeno porte seja declarada vencedora, caso atenda a todas as demais exigências do edital.

10.1.2.1.1. Nesse caso, a empresa qualificada como microempresa ou empresa de pequeno porte será convocada para, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, após a declaração do vencedor, comprovar a regularização. O prazo poderá ser prorrogado por igual período, a critério da administração pública, quando requerida pelo licitante, mediante apresentação de justificativa.

10.1.2.1.2. Em caso de atraso, por parte dos órgãos competentes, da emissão de certidões negativas de débito ou de certidões positivas com efeito de negativas, o licitante poderá apresentar à Administração Pública, em prazo de cinco dias úteis, prorrogáveis por igual período a critério da Administração, contados do término do prazo conferido aos referidos órgãos responsáveis pela emissão, outro documento que comprove a extinção ou suspensão do crédito tributário, respectivamente, nos termos dos arts. 156 e 151 do Código Tributário Nacional, juntamente com a prova de protocolo do pedido da certidão comprobatória.

10.1.2.1.3. A não-regularização fiscal e trabalhista no prazo previsto no subitem anterior acarretará a inabilitação do licitante, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital, sendo facultada a convocação dos licitantes remanescentes, na ordem de classificação.

10.1.2.1.4. No caso de inabilitação, haverá nova verificação, pelo sistema, da eventual ocorrência do empate ficto, previsto nos arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123, de



2006, seguindo-se a disciplina antes estabelecida para aceitação da proposta subsequente.

10.1.2.1.5. A abertura da fase recursal em relação ao resultado do certame ocorrerá após os prazos de regularização fiscal mencionado acima.

10.1.2.2. As Microempresas e Empresas de Pequeno Porte deverão encaminhar a documentação de habilitação, ainda que haja alguma restrição de regularidade fiscal e trabalhista, nos termos do art. 43, § 1º da LC nº 123, de 2006.

10.1.2.3. Na habilitação em licitações referentes a fornecimento de bens para pronta entrega ou locação de materiais, não será exigida de microempresa ou empresa de pequeno porte a apresentação de balanço patrimonial do último exercício social.

10.1.3. Na reserva de cota exclusiva, de que trata o art. 48, III, da LC 123/2006.

10.1.3.1. Não havendo vencedor para a cota reservada, esta poderá ser adjudicada ao vencedor da cota principal ou, diante de sua recusa, aos licitantes remanescentes, desde que pratiquem o preço do primeiro colocado.

10.1.3.2. Se uma mesma empresa vencer a cota reservada e a cota principal, a contratação das cotas dar-se-á pelo menor preço obtido entre estas.

10.1.3.3. No caso descrito no subitem anterior, o licitante será chamado para ajustar a proposta da cota de maior valor, que deverá passar a contemplar o mesmo preço da de menor valor.

10.1.3.4. Havendo recusa por parte do licitante em ajustar os preços na forma prevista no subitem anterior, o lote referente à cota de menor valor será adjudicado em favor da empresa vencedora, sendo esta desclassificada daquele relativo à cota de maior valor, sem prejuízo da imposição das penalidades definidas neste edital.

10.1.3.5. Somente existirá prioridade para efetuar a contratação da empresa vencedora da cota reservada, no registro de preços, se for o caso, se esta aceitar reduzi-lo ao valor registrado para a cota de ampla concorrência, se esta for de menor valor.



10.1.3.6. Na hipótese prevista no subitem anterior, se a empresa vencedora não aceitar reduzir o valor registrado até o montante registrado na cota mais vantajosa, o seu preço permanecerá válido para outras contratações, após o esgotamento da cota de menor valor, não lhe sendo assegurada a prioridade de contratação.

10.2. O tratamento favorecido de que trata o presente item não será aplicado na licitação caso o item/grupo a que se refere apresente valor estimado for superior à receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte.

11. DOS RECURSOS

11.1. Declarado o vencedor e decorrida a fase de regularização fiscal e trabalhista da licitante qualificada como microempresa ou empresa de pequeno porte, se for o caso, será concedido o prazo de no mínimo **30 (trinta) minutos**, para que qualquer licitante manifeste a intenção de recorrer, em campo próprio do sistema.

11.1.1. Uma vez manifestada a intenção recursal, o recorrente terá, a partir de então, o prazo de três dias para apresentar as razões, exclusivamente pelo sistema eletrônico, ficando os demais licitantes, desde logo, intimados para, querendo, apresentarem contrarrazões também pelo sistema eletrônico, em outros três dias, que começarão a contar do término do prazo do recorrente, sendo-lhes assegurada vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

11.2. O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.

11.3. Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados, no endereço constante neste Edital.

12. DA REABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA

12.1. A sessão pública poderá ser reaberta:

12.1.1. Nas hipóteses de provimento de recurso que leve à anulação de atos anteriores à realização da sessão pública precedente ou em que seja anulada a própria sessão pública, situação em que serão repetidos os atos anulados e os que dele dependam.

12.1.2. Quando houver erro na aceitação do preço melhor classificado ou quando o licitante declarado vencedor não assinar o contrato, não retirar o instrumento equivalente ou não comprovar a regularização fiscal e trabalhista, nos termos do art. 43, §1º da LC nº 123/2006. Nessas



hipóteses, serão adotados os procedimentos imediatamente posteriores ao encerramento da etapa de lances.

12.2. Todos os licitantes remanescentes deverão ser convocados para acompanhar a sessão reaberta.

12.2.1. A convocação se dará por meio do sistema eletrônico (“chat”) e/ou e-mail, de acordo com a fase do procedimento licitatório.

12.2.2. A convocação feita por e-mail dar-se-á de acordo com os dados contidos no SICAF, sendo responsabilidade do licitante manter seus dados cadastrais atualizados.

13. DA ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO

13.1. O objeto da licitação será adjudicado ao licitante declarado vencedor, por ato do Pregoeiro, caso não haja interposição de recurso, ou pela Mesa Diretora da ALMT, após a regular decisão dos recursos apresentados.

13.2. Constatada a regularidade dos atos praticados, a autoridade competente homologará o procedimento licitatório.

14. DO CONTRATO

14.1. Após a homologação da licitação, será firmado Contrato Administrativo, conforme minuta anexa a este Edital.

14.1.1. O prazo de vigência da contratação é aquele indicado na sobredita minuta.

14.2. O adjudicatário terá o prazo de **02 (dois) dias úteis**, contados a partir da data de sua convocação, para assinar o Termo de Contrato, sob pena de decair do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital.

14.2.1. Alternativamente à convocação para comparecer perante o órgão ou entidade para assinar o Termo de contrato, a Administração poderá encaminhá-lo para assinatura, mediante correspondência postal com aviso de recebimento (AR) ou meio eletrônico, que seja assinado no prazo de **02 (dois) dias úteis**, a contar da data do seu recebimento.

14.2.2. O prazo previsto no subitem anterior poderá ser prorrogado, por igual período, por solicitação justificada do adjudicatário e aceita pela Administração.

14.3. Previamente à contratação a Administração realizará consultas ao SICAF, ao Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (Ceis), ao Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep), bem como qualquer outro cadastro público, a fim de aferir a idoneidade/regularidade da adjudicatária.



14.3.1. Na hipótese de verificação de irregularidade, a adjudicatária deverá regularizar a sua situação perante o cadastro no prazo de até 05 (cinco) dias úteis, sob pena de aplicação das penalidades previstas no edital.

14.4. Na assinatura do contrato, será exigida a comprovação das condições de habilitação consignadas no edital, que deverão ser mantidas pelo licitante durante a vigência do contrato.

14.5. Na hipótese de o vencedor da licitação não comprovar as condições de habilitação consignadas no edital ou se recusar a assinar o contrato ou a ata de registro de preços, a Administração, sem prejuízo da aplicação das sanções das demais cominações legais cabíveis a esse licitante, poderá convocar outro licitante, respeitada a ordem de classificação, para, após a comprovação dos requisitos para habilitação, analisada a proposta e eventuais documentos complementares e, feita a negociação, assinar o contrato ou a ata de registro de preços.

14.6. Do Reajustamento de Preço

14.6.1. O preço poderá ser reajustado após 12 (doze) meses, contados da data do orçamento estimado, ou seja, do dia 06/04/2026, observada a variação do Índice de Preços ao Consumidor Amplo – IPCA/IBGE, ou por outro indicador que venha substituí-lo.

14.7. Da Fiscalização e Gestão do Contrato

14.7.1. A fiscalização e a gestão do contrato serão exercidas na forma prevista neste edital e seus anexos, respeitadas as disposições legais acerca da matéria.

15. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA E DA CONTRATANTE

15.1. As obrigações da Contratada e da Contratante são as estabelecidas no Termo de Referência e minuta contratual, anexos a este Edital.

16. DO PAGAMENTO

16.1. As regras acerca do pagamento são as estabelecidas na Minuta de contrato, anexa a este Edital.

17. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

17.1. O licitante ou o contratado será responsabilizado administrativamente pela prática das condutas elencadas no art. 155 da Lei nº 14.133/21, bem como daquelas vedadas neste Edital e anexos.

17.2. Serão aplicadas, na forma prevista neste Edital e anexos, ao responsável pelas infrações administrativas previstas no item anterior, as seguintes sanções:





- 17.2.1.** Advertência;
- 17.2.2.** Multa;
- 17.2.3.** Impedimento de licitar e contratar;
- 17.2.4.** Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.
- 17.3.** Na aplicação das penalidades acima descritas, serão observadas as disposições constantes no art. 156 da Lei nº 14.133/21.
- 17.4.** As penalidades previstas acima têm caráter de sanção administrativa, de modo que a sua aplicação não exime a licitante/contratada da reparação das eventuais perdas e danos que seu ato venha acarretar à Assembleia Legislativa do Estado de Mato Grosso.
- 17.5.** A aplicação das penalidades sujeitar-se-á ao prévio procedimento administrativo previsto na Lei nº 14.133/21 e, subsidiariamente, na Lei Estadual nº 7.692/2002.

18. DA PROTEÇÃO DE DADOS

- 18.1.** O tratamento dos dados pessoais fornecidos ou recepcionados pela ALMT, durante a licitação e a execução contratual, observará as disposições da Lei nº 13.709/18 (Lei Geral de Proteção de Dados).
- 18.2.** Todas as operações relativas ao tratamento dos dados pessoais guardarão estrita relação com o bom andamento das licitações e contratos administrativos processados no âmbito da ALMT.
- 18.3.** Somente serão tornados públicos e/ou compartilhados os dados cuja divulgação seja necessária em razão de mandamento normativo específico, considerada a finalidade, boa-fé e o interesse público.
- 18.4.** Não obstante o disposto no art. 7º, II, da Lei nº 13.709/18 (LGPD), a apresentação de proposta de preços por meio do sistema informatizado utilizado para condução do presente certame implicará no consentimento do licitante com relação ao tratamento de seus dados pela ALMT.
- 18.5.** Incumbe à licitante/contratada dar ciência formal aos seus colaboradores acerca das obrigações inerente ao tratamento dos dados pessoais a que eventualmente tenham acesso em razão da presente licitação e/ou eventual contrato.

19. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

- 19.1.** Da sessão pública do Pregão divulgar-se-á Ata no sistema eletrônico.
- 19.2.** Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será



automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário, pelo Pregoeiro.

19.3. Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília – DF.

19.4. No julgamento das propostas e da habilitação, o Pregoeiro poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas, dos documentos e sua validade jurídica, mediante despacho fundamentado, registrado em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes validade e eficácia para fins de habilitação e classificação.

19.5. A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.

19.6. As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

19.7. Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.

19.8. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.

19.9. O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.

19.10. Sempre que julgar necessário, a Assembleia Legislativa do Estado de Mato Grosso poderá promover diligências e exigir documentos adicionais para averiguar qualquer alegação feita, bem como aferir a veracidade/autenticidade da documentação apresentada.

19.11. Em caso de divergência entre disposições deste Edital e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste Edital.

19.12. Os casos omissos serão dirimidos pelo agente de contratações, com base nas disposições da Lei Federal nº 14.133/21, bem como das demais normas e princípios aplicáveis à matéria.

19.13. O Edital e seus anexos estarão disponibilizados, na íntegra, no endereço eletrônico www.gov.br/compras.



20. ANEXOS

20.1. São partes integrantes deste Edital os anexos:

- a) ANEXO I – Termo de Referência
- b) ANEXO II – Modelo de Proposta de Preços
- c) ANEXO III – Minuta Contratual

Cuiabá-MT, 04/05/2026

João Paulo de Albuquerque
Superintendente de Licitação





TERMO DE REFERÊNCIA N.º 009/2025/SCS/ALMT

ANEXO I

1. ÓRGÃO INTERESSADO

Assembleia Legislativa do Estado de Mato Grosso

2. INFORMAÇÕES BÁSICAS

| Informações Necessárias | |
|---------------------------------------|--|
| Processo | 2025/1591.7840-4 |
| Interessado | SECRETARIA COMUNICAÇÃO SOCIAL |
| Assunto | Aquisição de equipamentos fotográficos e audiovisuais. |
| Equipe de Planejamento | |
| Integrante Chefe da área demandante | CEL PM HENRIQUE CORREIA DA SILVA SANTOS |
| Integrantes da equipe de planejamento | José Carlos Marques Pereira Junior |
| | Marcos Lopes da Silva |

Em observância a Instrução Normativa 81/2022/SEGES e demais normas legais contidas no ordenamento jurídico vigente, esta equipe apresenta o Termo de Referência, que foi construído com base nas informações apresentadas no ETP nº 007/2025/SCS, elaborado pela equipe da Secretaria de Comunicação;

3. CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO

- 3.1. O presente Termo de Referência tem por objeto a aquisição de equipamentos para modernização do aparato audiovisual da Secretaria de Comunicação Social, bem como dos gabinetes e outros setores da Assembleia Legislativa de Mato Grosso, conforme as condições constantes neste Termo e seus Anexos, nos termos da tabela abaixo.

| Nº Grupo | Nº Item | Nome do Objeto | Quantidade total | Unidade de medida |
|----------|---------|--|------------------|-------------------|
| 1 | 1 | Câmera Fotográfica Semiprofissional com a lente 18-45 ou 16-50 | 24 | Unidade |
| | 2 | Flash | 24 | Unidade |



TERMO DE REFERÊNCIA N.º 009/2025/SCS/ALMT

| | | | | |
|---------------------|----|--|----|---------|
| 2 | 3 | Câmera Fotográfica Profissional | 12 | Unidade |
| | 4 | Flash | 12 | Unidade |
| | 5 | Lente 24-70mm | 12 | Unidade |
| | 6 | Lente 70-200mm | 8 | Unidade |
| | 7 | Lente 16-35mm | 3 | Unidade |
| | 8 | Bateria extra p/ câmera | 8 | Unidade |
| | 9 | Carregador triplo para bateria da Câmera | 1 | Unidade |
| ITENS NÃO AGRUPADOS | 10 | Mochila colete | 8 | Unidade |
| | 11 | Cartão de memória | 36 | Unidade |
| | 12 | Smartphone de alto desempenho | 3 | Unidade |

- 3.2. Os bens da pretensa contratação são de qualidade comum, não superior à necessária para cumprir as finalidades às quais se destinam, conforme art. 20 da Lei Federal n.º 14.133, 1º de abril de 2021.
- 3.3. O material a ser adquirido se enquadra como bem comum, pois os padrões de desempenho e qualidade podem ser objetivamente definidos, por meio de especificações usuais de mercado, conforme previsão no inciso XIII do art. 6º da Lei 14.133, de 2021.
- 3.4. O objeto desta contratação não se enquadra como sendo de bem de luxo, conforme Decreto nº 10.818, de 27 de setembro de 2021.
- 3.5. O prazo de vigência do contrato é de 12 (doze) meses, na forma do artigo 105 da Lei nº 14.133, de 2021, contados da data de publicação no Portal Nacional de Compras Públicas, na forma do artigo 94 da mesma Lei.
- 3.6. Os preços são fixos e irreajustáveis no prazo de um ano contado da data limite para a apresentação das propostas.

4. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

(Referência: IN 81/2022, Art.9, II)

- 4.1. A justificativa quanto a necessidade da aquisição e da estimativa das quantidades, vide respectivamente no item 2 do Estudo Técnico Preliminar:



TERMO DE REFERÊNCIA N.º 009/2025/SCS/ALMT

“A presente contratação visa atender à necessidade de fortalecimento da estrutura operacional da Secretaria de Comunicação e da ALMT, no que diz respeito à cobertura audiovisual de atividades institucionais, campanhas, eventos oficiais e ações descentralizadas promovidas pela organização. Diante do aumento expressivo da demanda por conteúdo digital de qualidade e da intensificação das atividades externas — como a realização de eventos itinerantes e visitas institucionais em diferentes regiões — tornou-se evidente a necessidade de aprimorar a infraestrutura técnica atualmente disponível.

A comunicação pública moderna exige respostas rápidas, com alto padrão de imagem, som e edição. A utilização de equipamentos atualizados, com desempenho profissional, é condição indispensável para garantir que a produção institucional acompanhe os padrões exigidos pelas plataformas digitais e pela sociedade, cada vez mais conectada e visualmente exigente.

Atualmente, parte dos equipamentos disponíveis encontra-se tecnicamente defasada, com limitações operacionais que impactam negativamente a qualidade e a agilidade das entregas. Além disso, a quantidade de equipamentos é insuficiente para atender simultaneamente as equipes envolvidas em múltiplos eventos, especialmente quando ocorrem em localidades distantes ou em paralelo.

A contratação se justifica, portanto, pelos seguintes fatores:

- 1. Crescimento da demanda por cobertura simultânea em diversas localidades, muitas delas sem estrutura de apoio técnico local;*
- 2. Necessidade de autonomia técnica das equipes em campo, reduzindo a dependência de apoio externo e permitindo pronta resposta em tempo real;*
- 3. Modernização dos processos de produção de conteúdo institucional, com foco em qualidade de imagem, som, mobilidade e agilidade;*
- 4. Adequação às exigências das plataformas de mídias sociais, que demandam conteúdo de alta resolução, com rápida edição e publicação;*
- 5. Redução de custos com terceirização de serviços audiovisuais, a médio e longo prazo, com a estrutura própria operacionalizada internamente;*
- 6. Aprimoramento da transparência institucional e do acesso da população às ações do órgão, por meio de comunicação visual mais eficaz e estratégica.*

Dessa forma, a aquisição de câmeras fotográficas, flashes, lentes, cartão de memória mochilas colete, baterias extras das câmeras, carregadores e smartphones de alto desempenho representa uma medida essencial para garantir a eficiência, a modernização e a autonomia da comunicação institucional, promovendo não apenas o fortalecimento da imagem pública da organização, mas também a valorização do serviço prestado à sociedade. ”



TERMO DE REFERÊNCIA N.º 009/2025/SCS/ALMT

- 4.2. O objeto da contratação está previsto no Planejamento Estratégico da ALMT, conforme consta pormenorizada no tópico 10 do Estudo Técnico Preliminar.
- 4.3. Em conclusão, afirma-se que, a presente contratação, portanto, se faz necessária em virtude das quantidades de demandas urgentes apresentadas pela Secretaria de Comunicação Social, bem como as demandas de gabinetes e outras secretarias.

5. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO

(Referência: IN 81/2022, Art.9, III)

- 5.1. A descrição da solução como um todo encontra-se pormenorizada no tópico 05 do Estudo Técnico Preliminar n. 007/2025/SCS.
- 5.2. A opção pela aquisição está respaldada pela pesquisa de mercado realizada no Estudo Técnico Preliminar.
- 5.3. A menção a marcas comerciais tem caráter meramente exemplificativo e serve apenas para facilitar a compreensão das especificações mínimas do objeto, nos termos do art. 41, §1º, inciso I, da Lei nº 14.133/2021, não representando restrição à ampla competitividade.
- 5.4. Os itens agrupados devem ser compatíveis entre si e com sistemas e estruturas já existentes, garantindo a integração plena dos componentes.
- 5.5. Considerando a Lei 14.133/2021, a modalidade de licitação recomendada é o Pregão, na forma eletrônica. Esta modalidade é indicada para a aquisição de bens e serviços comuns, como é o caso dos equipamentos audiovisuais especificados no ETP.
- 5.6. O critério de avaliação das propostas será o de menor preço por GRUPO ou ITEM individual.
- 5.7. Os quantitativos totais e as especificações para cada item estão detalhados na tabela abaixo.

| GRUPO 1 | | | | | |
|------------|--|--|--|------|-------------------|
| Nº do Item | Nome do Objeto | Especificações técnicas | Marcas e modelos de referência | Qtd. | Unidade de medida |
| 1 | Câmera Semiprofissional com lente Código TCE: 00074555 Código TCE: 411253-9 | Sensor e Processamento - Sensor CMOS APS-C de 24,2 MP - Processador DIGIC X - ISO 100-32000 (expansível até ISO 51200) Gravação de Vídeo - Gravação UHD 4K a até 60p - Gravação em Full HD a até 120p - Saída 4K limpa via micro-HDMI Foco Automático - Sistema Dual Pixel CMOS AF II com 651 pontos AF - Detecção de assunto aprimorada Design da Carroceria - Visor eletrônico OLED de 2,36 m de pontos - LCD de ângulo variável de 3,0" - Slot para cartão SD UHS-II Conectividade | Canon Eos R10 Ou Sony ZV-E10 Ou | 24 | Unidade |



TERMO DE REFERÊNCIA N.º 009/2025/SCS/ALMT

| | | | | | |
|----------|--|---|--|-----------|--|
| | | <ul style="list-style-type: none">- Wi-Fi e Bluetooth de 2,4 GHz- Porta USB Type-C e micro-HDMI | Superior | | |
| | | Lente RF-S 18-45mm f/4.5-6.3 IS STM Ou Lente 16-50mm F/3.5-5.6 <ul style="list-style-type: none">- Zoom compacto- Estabilização óptica de imagem- Sistema de foco STM Compatível com a câmera ofertada no item 1. | Lente 18-45mm F/4.5-6.3 Ou Lente 16-50mm F/3.5-5.6 | | |
| 2 | Flash Código TCE: 000900814 | Número Guia (GN): Acima de 40; <ul style="list-style-type: none">- Alcance do Zoom: Distâncias focais de 24 a 105mm, com o painel difusor embutido, para lentes grande-angulares;- Níveis de Potência: Ajuste de 1/1 (potência total) até 1/1024;- Tempo de Reciclagem: 2,5 segundos ou menos, permitindo disparos contínuos;- Cabeça giratória: Movimento na vertical de 0° a 90° e na horizontal (rotação) de -150° a 180°;- Modos de Flash: Modos TTL, E-TTL II/E-TTL e modo manual;- Sincronismo: de alta velocidade (High-Speed Sync) e sincronismo na segunda cortina (Second-Curtain Sync); | Canon Speedlite EL-10 Ou Godox V1 | 24 | |



TERMO DE REFERÊNCIA N.º 009/2025/SCS/ALMT

| | | | | | |
|---|--|--|---|--|--|
| 2 | | - Comunicação Wireless: Capacidade de transmissão e recepção por rádio frequência , permitindo que ele seja usado fora da câmera; - Alimentação: Bateria de Lítio ou pilhas AA (alcalinas ou Ni-MH). Compatível com a câmera ofertada no item 1. | Compatível com a câmera(item 1). | | |
|---|--|--|---|--|--|

GRUPO 2

| Nº do Item | Nome do Objeto | Especificações técnicas | Marcas e modelos de referência | Qtd | Unidade de medida |
|------------|--|---|---|-----|--------------------|
| 3 | Câmera Profissional Código TCE: 000900731 | Tipo: Câmera Mirrorless híbrida; Sensor: Full-Frame, CMOS retro iluminado ou empilhado; Resolução: Mínimo de 33 MP; Processador de Imagem: Sistema dual ou avançado; Sistema de Autofoco: Autofoco híbrido com tecnologia IA, cobrindo ≥ 90% do quadro; detecção de olhos e objetos em movimento; Gravação de Vídeo: Capacidade mínima de gravação em 4K (60 fps); Estabilização de Imagem: Estabilização no corpo (IBIS) com eficiência mínima de 8 stops e suporte a estabilização em 5 eixos; Suporte a gravações em RAW, Log e HDR; Conectividade: Wi-Fi, Bluetooth e compatibilidade com aplicativos para controle remoto; Tela LCD: Tela articulada touchscreen (≥ 3,2"), resolução ≥ 2,1 milhões de pontos; Peso: Máximo 800 g (com bateria) Itens Incluídos: Câmera (corpo), bateria recarregável original, carregador original para | Sony Câmera Alpha 7IV Full-Frame Ou Canon EOS R6 Mark II Ou Superior | 12 | Unidade Unidade |



TERMO DE REFERÊNCIA N.º 009/2025/SCS/ALMT

| | | | | | |
|---|--|---|--|----|--|
| | | bateria, alça para transporte da câmera, cabo USB-C, tampa protetora do sensor e manual do usuário. | | | |
| 4 | Flash Código TCE: 000900732 | <ul style="list-style-type: none">- Número Guia (GN): Acima de 40;- Alcance do Zoom: Distâncias focais de 24 a 105mm, com o painel difusor embutido, para lentes grande-angulares;- Níveis de Potência: Ajuste de 1/1 (potência total) até 1/1024;- Tempo de Reciclagem: 2,5 segundos ou menos, permitindo disparos contínuos;- Cabeça giratória: Movimento na vertical de 0° a 90° e na horizontal (rotação) de -150° a 180°;- Modos de Flash: Modos TTL, E-TTL II/E-TTL e modo manual;- Sincronismo: de alta velocidade (High-Speed Sync) e sincronismo na segunda cortina (Second-Curtain Sync);- Comunicação Wireless: Capacidade de transmissão e recepção por rádio frequência, permitindo que ele seja usado fora da câmera;- Alimentação: Bateria de Lítio ou pilhas AA (alcalinas ou Ni-MH). <p>Compatível com a câmera ofertada no item 3.</p> | Godox V1 Pro V1Pro-S Flash Ou Profoto A10 <i>Compatível com a câmera ofertada no item 3</i> | 12 | |
| 5 | Lente 24-70mm Código TCE: 000900733 | <p>Tipo: Lente Zoom Padrão</p> <p>Distância Focal: 24-70mm</p> <p>Abertura Máxima: f/2.8</p> <p>Montagem: compatível com a câmera ou adaptável via adaptador</p> <p>Itens incluídos: lente e o adaptador (se necessário)</p> <p>Compatível com a câmera ofertada no item 3</p> | Lente Sony FE 24-70mm f/2.8 GM II E-Mount Ou | 12 | |



TERMO DE REFERÊNCIA N.º 009/2025/SCS/ALMT

| | | | | | |
|----------|--|---|--|----------|--|
| | | | Sigma 24-70mm f/2.8 DG DN Art <i>Compatível com a câmera ofertada no item 3</i> | | |
| 6 | Lente 70-200mm Código TCE: 000900734 | Tipo: Lente Teleobjetiva Distância Focal: 70-200mm Abertura Máxima: f/2.8 Montagem: compatível com a câmera ou adaptável via adaptador Itens Incluídos: lente e o adaptador (se necessário). Compatível com a câmera ofertada no item 3 | Lentes Sony FE 70-200mm f/2.8 GM II E-Mount Ou Lente Sigma 70-200mm f/2.8 DG DN OS Sports <i>Compatível com a câmera ofertada no item 3</i> | 8 | |
| 7 | Lente 16-35mm Código TCE: 000900815 | Tipo: Lente Grande Angular Distância Focal: 16-35mm Abertura Máxima: f/2.8 Montagem: compatível com a câmera ou adaptável via adaptador Itens Incluídos: lente e o adaptador (se necessário) Compatível com a câmera ofertada no item 3 | Lentes Sony FE 16-35mm f/2.8 GM Ou | 3 | |



TERMO DE REFERÊNCIA N.º 009/2025/SCS/ALMT

| | | | | | |
|----------|--|---|---|----------|--|
| | | | Sigma 14-24mm f/2.8 DG DN Art <i>Compatível com a câmera do item 3</i> | | |
| 8 | Bateria extra p/ câmera <i>Código TCE: 00060872</i> | Bateria extra NP-FZ100, 2280mAh Compatível com a câmera ofertada no item 3 | Bateria Sony NP-FZ100 Ou Wasabi Power <i>Compatível com a câmera do item 3</i> | 8 | |
| 9 | Carregador para bateria da Câmera <i>Código TCE: 000900727</i> | Carregador de bateria NP-FZ100 ou Wasabi Power de 3 slots; cabo de carregamento USB-C; compatível com a câmera; com certificação CE/FCC/RoHS/3C, proteções múltiplas integradas (sobretensão, sobrecorrente, curto-circuito, alta temperatura, sobrecarga). Compatível com a bateria ofertada no item 8 | | 1 | |

GRUPO 3 – ITENS NÃO AGRUPADOS – EXCLUSIVOS PARA ME/EPP

| Nº do Item | Nome do Objeto | Especificações técnicas | Marcas e modelos de referência | Qtd | Unidade de medida |
|-------------------|-----------------------|--|---------------------------------------|------------|--------------------------|
| 10 | Mochila colete | Bolsa multifuncional 3 em 1, concebida especialmente para profissionais. Tem a possibilidade de ser utilizada como mochila, como colete ou como bolsa. | Now Bomb Ou | 8 | Unidade |



TERMO DE REFERÊNCIA N.º 009/2025/SCS/ALMT

| | <i>Código TCE:</i> 388109-1 | | Similar | | |
|----|--|---|--|----|---------|
| 11 | Cartão de Memória <i>Código TCE:</i> 398908-9 | Capacidade: 64 GB Formato do cartão: SDXC Resolução máxima de vídeo: 4K Velocidade de leitura: 200 MB/s Classe de velocidade: 10 Classe de velocidade UHS-I: U3 Velocidade de gravação: 90 MB/s Compatível com as câmeras (itens 1 e 3). | Sandisk Sd Xc 64gb Extreme Pro 200 Mb/s Ou Similar <i>Compatível com as câmeras (itens 1 e 3)</i> | 36 | Unidade |
| 12 | Smartphon e de alto desempenh o <i>Código TCE:</i> 00089657 | Os aparelhos (Smartphones) deverão possuir os seguintes requisitos mínimos : <ul style="list-style-type: none">• Smartphone topo de linha da marca;• Câmera frontal: 12mp ou superior;• Resolução de vídeo: Gravação de vídeo 4K ou superior;• Tamanho da tela: Mínimo de 6,3 polegadas;• Sistema operacional: IOS 16 (ou superior) ou Android 15 (ou superior);• Processador: seis núcleos (hexa-core) ou superior;• Memória RAM: 8GB ou superior;• Memória interna: 1TB;• Conectividade: 5G, Wi-Fi e Bluetooth. | Iphone 16 Pro Max Ou Samsung Galaxy S25 Ultra Ou Superior | 3 | Unidade |

5.8. Tendo em vista existirem equipamentos que dependem um do outro para funcionamento e efetivo uso, segue as exigências abaixo:

5.8.1. O item 2 deve ser compatível com o item 1 ofertado;

5.8.2. Os itens 4, 5, 6, 7 e 8 devem ser compatíveis com o item 3 ofertado;



TERMO DE REFERÊNCIA N.º 009/2025/SCS/ALMT

5.8.3. O item 9 deve ser compatível com o item 8 ofertado.

6. JUSTIFICATIVA PARA A NÃO APLICAÇÃO DA RESERVA DE COTAS PARA MICROEMPRESAS E EMPRESAS DE PEQUENO PORTE – ME/EPP

- 6.1. Nos termos dos arts. 47 a 49 da Lei Complementar nº 123/2006, a Administração Pública deve, sempre que possível, conferir tratamento diferenciado e favorecido às Microempresas (ME) e Empresas de Pequeno Porte (EPP) nas contratações públicas, inclusive mediante a reserva de cotas para aquisição de bens de natureza divisível.
- 6.2. Todavia, a própria legislação estabelece hipóteses excepcionais em que tal tratamento pode ser afastado, desde que haja motivação técnica e administrativa suficiente, conforme dispõe o art. 49, inciso III, da Lei Complementar nº 123/2006, o qual prevê a inaplicabilidade do tratamento favorecido quando este não for vantajoso para a Administração Pública ou representar prejuízo ao conjunto ou complexo do objeto a ser contratado.
- 6.3. No mesmo sentido, a Lei Complementar Estadual nº 605, de 29 de agosto de 2018 (Estado de Mato Grosso), em seu art. 27, inciso II, também autoriza o afastamento do tratamento diferenciado quando este não se mostrar vantajoso para a Administração Pública ou puder comprometer a adequada execução do objeto contratual, reforçando a necessidade de análise concreta e motivada em cada contratação.
- 6.4. No presente caso, a contratação envolve a aquisição de equipamentos fotográficos e respectivos acessórios, tais como câmeras, lentes, flashes e demais itens correlatos, os quais apresentam elevado grau de interdependência técnica e funcional, exigindo compatibilidade entre si, integração operacional, padronização tecnológica e uniformidade de desempenho.
- 6.5. Embora alguns itens possam ser considerados divisíveis sob o aspecto físico, verifica-se que, sob o ponto de vista técnico e operacional, tais bens compõem um conjunto único e integrado, cuja eficiência depende diretamente da harmonia e compatibilidade entre seus componentes.
- 6.6. A eventual divisão do objeto com a reserva de cotas para ME/EPP poderá acarretar prejuízo ao conjunto da contratação, especialmente em razão de:
 - 6.6.1. Riscos de incompatibilidade técnica entre equipamentos e acessórios, comprometendo funcionalidades essenciais;
 - 6.6.2. Comprometimento da eficiência e da vantajosidade da contratação, diante da necessidade de integração plena entre os itens.
- 6.7. Dessa forma, a adoção da reserva de cotas, no caso concreto, não se mostra vantajosa para a Administração Pública e pode representar prejuízo ao conjunto do objeto, enquadrando-se, portanto, nas hipóteses excepcionais previstas no art. 49, inciso III, da Lei Complementar nº 123/2006 e no art. 27, inciso II, da Lei Complementar Estadual nº 605/2018.
- 6.8. Ressalta-se, por fim, que a presente decisão não impede a participação de Microempresas e Empresas de Pequeno Porte no certame, desde que atendam às exigências estabelecidas no instrumento convocatório, limitando-se apenas à não adoção da reserva de cotas, em observância aos princípios da eficiência, economicidade, padronização e interesse público.



TERMO DE REFERÊNCIA N.º 009/2025/SCS/ALMT

7. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

(Referência: IN 81/2022, Art.9, IV)

Sustentabilidade

- 7.1. Nesta contratação não haverá a exigência de critérios e práticas de sustentabilidade, uma vez o Guia Nacional de Licitações Sustentáveis da AGU não traz critérios pertinentes ao objeto ora licitado.

Subcontratação

- 7.2. Não é admitida a subcontratação do objeto contratual.

Da vedação de consórcios

- 7.3. Para fins do disposto no art. 15, caput, da Lei 14.133/21, consigne-se que, em razão das características do objeto a que se refere o presente processo, qual seja, o fornecimento de equipamentos fotográficos, deve ser vedada a participação de empresas organizadas em consórcio no respectivo certame. Isso por conta do fato de que é evidente que a demanda da Administração, consubstanciada no objeto desta licitação, pode ser facilmente atendida por empresas operantes no mercado de forma isolada, de modo que a possível reunião destas, para participação em conjunto, traria, apenas, claros e injustificados efeitos maléficos à competitividade, que, ao contrário, deve ser incentivada.

Garantia da contratação

- 7.4. Não haverá exigência da garantia da contratação dos artigos 96 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021, por se tratar de fornecimento de materiais conforme demanda, e com pagamento após atesto de recebimento, conferida a quantidade e qualidade.

8. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

(Referência: IN 81/2022, Art.9, V)

Condições de entrega

- 8.1. O prazo de entrega dos bens será de 10 (dez) dias úteis, contados do recebimento da ordem de fornecimento.
- 8.2. Caso não seja possível a entrega na data assinalada, a empresa deverá comunicar as razões respectivas com pelo menos 03 (três) dias de antecedência para que qualquer pleito de prorrogação de prazo seja analisado, ressalvadas situações de caso fortuito e força maior.
- 8.3. Os bens poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, inclusive antes do recebimento provisório, quando em desacordo com as especificações constantes no termo de referência e na proposta, a contar da notificação da contratada, devendo ser substituídos às custas da contratada, sem prejuízo da aplicação das penalidades.
- 8.3.1. O prazo de troca do produto será de até 10 (dez) dias úteis, contados a partir do conhecimento da razão da troca por parte do fornecedor.
- 8.3.2. O descumprimento poderá acarretar sanções conforme previsto na legislação vigente.
- 8.4. Os produtos deverão ser novos e em primeiro uso.
- 8.5. Os materiais deverão possuir certificado junto ao INMETRO, quando couber, e estarem de acordo com a legislação e/ou normas vigentes, em consonância com o art. 42, da Lei Federal 14.133, de 2021.



TERMO DE REFERÊNCIA N.º 009/2025/SCS/ALMT

- 8.6. As embalagens dos produtos deverão ser originais do fabricante, atóxicas, limpas, lacrada se íntegras, ou seja, sem rasgos, sem amassados, sem trincas ou outras imperfeições.
- 8.7. Na rotulagem deverá constar o nome e composição do produto, lote, data de fabricação e de validade, quando couber, número do CNPJ, nome e endereço do fabricante/produtor, condições de armazenamento, quantidade e peso, quantidade.
- 8.8. Não serão aceitos materiais que não apresentarem as características estabelecidas neste instrumento, bem como aqueles diferentes da marca ofertada na proposta da empresa vencedora do certame licitatório.
- 8.9. A contratante poderá rejeitar, no todo ou em parte, o fornecimento executado em desacordo com as especificações e condições deste termo de referência, por meio de termo circunstanciado, no qual deverá constar o motivo da não aceitação do objeto contratado.

Local de entrega do objeto

- 8.10. Os bens deverão ser entregues no seguinte endereço: Edifício Gov. Dante Martins de Oliveira, Avenida André Antônio Maggi, s/n - CPA - Cuiabá/MT, CNPJ nº 03.929.049/0001-11, de segunda a sexta-feira, das 08:00 às 12:00 e das 14:00 às 18:00 e deverão ser acondicionados em local indicado pela CONTRATANTE.
- 8.11. A contratada deverá fornecer o equipamento adquirido atualizada pelo fabricante.

Garantia do objeto

- 8.12. Os equipamentos entregues deverão ter garantia e assistência técnica do fabricante por, no mínimo, 12 (doze) meses, a contar da data do recebimento, sendo que prevalecerá a garantia oferecida pelo fabricante, caso o prazo seja superior ao estabelecido pela norma citada.
- 8.13. Deve ser disponibilizada assistência técnica local para os equipamentos durante o período de garantia, garantindo o atendimento em um prazo máximo de 72 horas após o chamado.
- 8.14. Não existindo assistência técnica local, a CONTRATADA deverá arcar com as despesas para o envio do equipamento para a assistência técnica.
 - 8.14.1. Durante o período em que o equipamento estiver ausente para realização de assistência técnica, a CONTRATADA deverá fornecer, sem ônus adicional, um equipamento substituto de características equivalentes, garantindo a continuidade das atividades da CONTRATANTE.
- 8.15. Durante o período de garantia, o órgão não efetuará nenhum tipo de pagamento a contratada a título de deslocamento de pessoal, veículos, transporte, impostos, taxas, hospedagem, fretes e outros, na solução de problemas que ensejaram o acionamento de tal garantia.
- 8.16. No caso dos bens referentes à substituição, o prazo de garantia será o mesmo concedido ao bem originalmente substituído, iniciando a contagem a partir da data da substituição.
- 8.17. Os fornecedores de produtos de consumo duráveis ou não duráveis respondem solidariamente pelos vícios de qualidade ou quantidade que os tornem impróprios ou inadequados ao consumo a que se destinam ou lhes diminuam o valor, assim como por aqueles decorrentes da disparidade, com a indicações constantes do recipiente, da embalagem, rotulagem ou mensagem publicitária, respeitadas as variações decorrentes de sua natureza, podendo o consumidor exigir a substituição das partes viciadas, nos termos do art. 18 da Lei Federal n.º 8.078, de 1990.



TERMO DE REFERÊNCIA N.º 009/2025/SCS/ALMT

- 8.18. Aplicam-se subsidiariamente as normas da Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 (Código de Defesa do Consumidor).

9. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

(Referência: IN 81/2022, Art.9,VI)

- 9.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua Inexecução total ou parcial.
- 9.2. O acompanhamento e a fiscalização da execução do contrato serão exercidos por servidor desta Casa de Leis, especialmente designado na forma dos artigos 117 da Lei nº 14.133/21, do art. 10 do Decreto nº 9.507/2018 e conforme Instrução Normativa nº 5, de 26 de maio de 2017;
- 9.3. Não obstante a empresa ser a única e exclusiva responsável pela execução do contrato, a Administração reserva-se o direito de, sem que de qualquer forma restrinja a plenitude desta responsabilidade, exercer a mais ampla e completa fiscalização sobre os serviços diretamente por fiscal designado.
- 9.4. A fiscalização registrará as ocorrências decorridas na execução do contrato, bem como qualquer anormalidade verificada, documentando, ainda, as reuniões realizadas com a empresa.
- 9.5. Identificada qualquer inexatidão ou irregularidade, o fiscal do contrato emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção;
- 9.6. As decisões e as providências que ultrapassarem a competência da fiscalização serão encaminhadas à autoridade competente desta Casa de Leis para adoção das medidas convenientes, consoante disposto no § 2º, do art. 117, da Lei nº. 14.133/21.
- 9.7. O fiscal deverá assinar o comprovante de execução do contrato, emitido pela Contratada em duas vias, retendo uma das vias, que deverá ser juntada aos autos, para controle dos objetos executados.
- 9.8. Caberá ao Fiscal do Contrato atestar a Nota Fiscal após sua conferência com a Ordem de Serviço e os comprovantes de execução do contrato, fazendo de tudo juntada ao processo, remetendo-o a autoridade superior para pagamento.
- 9.9. O fiscal do contrato verificará a manutenção das condições de habilitação da contratada, acompanhará o empenho, o pagamento, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário (Art. 23, I e II, do Decreto nº 11.246, de 2022).
- 9.10. O fiscal notificará a Contratada, por escrito, sobre quaisquer irregularidades constatadas, solicitando a regularização das mesmas no prazo máximo de 48 (quarenta e oito) horas.
- 9.11. A presença da fiscalização desta Casa de Leis não elide nem diminui a responsabilidade da empresa Contratada;
- 9.12. A ação ou omissão, total ou parcial, da fiscalização da CONTRATANTE, não fará cessar nem diminuir a responsabilidade da CONTRATADA pelo perfeito cumprimento das obrigações estabelecidas neste Termo, nem por quaisquer danos ou irregularidades constatadas a posteriori.

10. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E DE PAGAMENTO

Recebimento



TERMO DE REFERÊNCIA N.º 009/2025/SCS/ALMT

- 10.1. Os equipamentos serão recebidos provisoriamente, de forma sumária, no ato da entrega, juntamente com a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, pelo(a) responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta.
- 10.2. O equipamento poderá ser rejeitado, no todo ou em parte, inclusive antes do recebimento provisório, quando em desacordo com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituído no prazo de 10 (dez) dias úteis, a contar da notificação a contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.
- 10.3. O recebimento definitivo ocorrerá no prazo de 10 (dez) dias úteis, a contar do recebimento da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente pela Administração, após a verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação mediante termo detalhado.
- 10.4. O prazo para recebimento definitivo poderá ser excepcionalmente prorrogado, de forma justificada, por igual período, quando houver necessidade de diligências para a aferição do atendimento das exigências contratuais.
- 10.5. No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021, comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal no que pertine à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.
- 10.6. O prazo para a solução, pelo contratado, de inconsistências na execução do objeto ou de saneamento da nota fiscal ou de instrumento de cobrança equivalente, verificadas pela Administração durante a análise prévia à liquidação de despesa, não será computado para os fins do recebimento definitivo.
- 10.7. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança dos bens nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

Liquidação

- 10.8. Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, o pagamento será efetuado no prazo de até 30 (trinta) dias contados do atesto definitivo, observados os termos da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77, de 2022.
- 10.9. Para fins de liquidação, o setor competente deverá verificar se a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente apresentado expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:
 - 10.9.1. O prazo de validade;
 - 10.9.2. A data da emissão;
 - 10.9.3. Os dados do contrato e do órgão contratante;
 - 10.9.4. O valor a pagar; e
 - 10.9.5. Eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.
- 10.10. Havendo erro na apresentação da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus ao contratante.



TERMO DE REFERÊNCIA N.º 009/2025/SCS/ALMT

- 10.11. No caso de atraso pela Contratante, os valores devidos a contratada serão atualizados monetariamente entre o termo final do prazo de pagamento até a data de sua efetiva realização, mediante aplicação do IPCA - Índice Nacional e Preços ao Consumidor Amplo, ou outro que vier a substituí-lo.

Forma de pagamento

- 10.12. O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado.
- 10.13. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.
- 10.14. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.
- 10.15. O contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

11. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR E FORMA DE FORNECIMENTO

Forma de seleção e critério de julgamento da proposta

- 11.1. O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de licitação, na modalidade pregão, sob a forma eletrônica, que culminará com a seleção da proposta de menor preço por ITEM ou GRUPO, considerando a análise das propostas apresentadas, desde que atendam integralmente às exigências e especificações técnicas descritas neste instrumento, garantindo, assim, a escolha da proposta mais vantajosa para a Administração.

Forma de fornecimento

- 11.2. O fornecimento do objeto será integral

Justificativa para grupo

- 11.3. Alguns itens foram agrupados, uma vez que a divisão em itens prejudicaria o funcionamento entre produtos essencialmente interdependentes, tais como câmeras e suas respectivas lentes. Portanto, o agrupamento foi adotado observando o bom funcionamento, a compatibilidade e a padronização entre as partes.
- 11.4. A seleção será baseada no critério de menor preço, considerando a análise das propostas apresentadas, desde que atendam integralmente às exigências e especificações técnicas descritas neste instrumento, garantindo, assim, a escolha da proposta mais vantajosa para a Administração.

Exigências de habilitação

- 11.5. Para fins de habilitação, o fornecedor deverá comprovar os seguintes requisitos:

Habilitação jurídica

- 11.6. Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;



TERMO DE REFERÊNCIA N.º 009/2025/SCS/ALMT

- 11.7. Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária: inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz
- 11.8. Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.
- 11.9. Decreto de autorização, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no país, e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir.

Habilitação fiscal, social e trabalhista

- 11.10. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;
- 11.11. Prova de regularidade fiscal junto à Fazenda Federal, Estadual e Municipal do domicílio sede da CONTRATADA, consistindo em certidões ou documento equivalente, emitidos pelos órgãos competentes e dentro dos prazos de validade expresso nas próprias certidões ou documentos;
 - 11.11.1. Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos [Estadual/Distrital] ou [Municipal/Distrital] relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.
- 11.12. Prova de regularidade fiscal junto à Procuradoria da Fazenda Nacional e para com a Procuradoria Geral do Estado, nos casos em que não sejam emitidas em conjunto às regularidades fiscais;
- 11.13. Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);
- 11.14. Declaração de que não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição;
- 11.15. Declaração sobre obrigatoriedade de declarar fato superveniente impeditivo para habilitação;
- 11.16. Declaração de não emprego de servidor da Assembleia Legislativa de Mato Grosso;
- 11.17. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;
- 11.18. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes [Estadual/Distrital] ou [Municipal/Distrital] relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual.

Qualificação Econômico-Financeira

- 11.19. Certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor - Lei nº 14.133, de 2021, art. 69, caput, inciso II).

12. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE



TERMO DE REFERÊNCIA N.º 009/2025/SCS/ALMT

- 12.1. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pela Contratada, de acordo com o contrato e seus anexos;
- 12.2. Prestar as informações e os esclarecimentos atinentes ao Objeto, que venham a ser solicitados pela CONTRATADA;
- 12.3. Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência;
- 12.4. Notificar a Contratada, por escrito, sobre vícios, defeitos ou incorreções verificadas no objeto fornecido, para que seja por ele substituído, reparado ou corrigido, no total ou em parte, às suas expensas;
- 12.5. Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato e o cumprimento das obrigações pela contratada;
- 12.6. Comunicar a empresa para emissão de Nota Fiscal em relação à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento, quando houver controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, conforme o art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021;
- 12.7. Efetuar o pagamento a Contratada do valor correspondente à execução do objeto, no prazo, forma e condições estabelecidos no presente Contrato e no Termo de Referência;
- 12.8. Aplicar a Contratada as sanções previstas na lei e neste Contrato;
- 12.9. Cientificar o órgão pertinente da Contratante para adoção das medidas cabíveis quando do descumprimento de obrigações pela contratada;
- 12.10. Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução do presente Contrato, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste.
 - 12.10.1. A Administração terá o prazo de 30 (trinta) dias, a contar da data do protocolo do requerimento para decidir, admitida a prorrogação motivada, por igual período.
- 12.11. Responder eventuais pedidos de reestabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro feitos pela contratada no prazo máximo de 30 (trinta) dias.
- 12.12. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela Contratada com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato da contratada, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

13. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

- 13.1. Para garantir a fiel execução dos termos e das condições registradas, a empresa fornecedora se compromete a:
 - 13.1.1. Fornecer, sempre que solicitado pela Assembleia Legislativa do Estado de Mato Grosso, esclarecimentos e informações técnicas sobre o objeto do contrato.
 - 13.1.2. Manter durante a execução deste contrato as condições de habilitação e de qualificação que ensejaram sua contratação;
 - 13.1.3. Apresentar cópias autenticadas das alterações do ato constitutivo, sempre que houver;
 - 13.1.4. Efetuar o pagamento de seguros, tributos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, comerciais, assim como quaisquer outras despesas diretas e/ou indiretas relacionadas com a execução deste contrato;



TERMO DE REFERÊNCIA N.º 009/2025/SCS/ALMT

- 13.1.5. Manter, durante a realização de serviços nas dependências da ALMT (se houver), os seus empregados e prepostos uniformizados, devidamente identificados e munidos dos equipamentos de proteção e segurança do trabalho, quando for o caso;
- 13.1.6. Manter preposto para este contrato que irá representá-la sempre que for necessário;
- 13.1.7. Os empregados incumbidos da execução dos serviços não terão qualquer vínculo empregatício com a ALMT, sendo remunerados única e exclusivamente pela CONTRATADA e a ela vinculados;
- 13.1.8. A CONTRATADA responsabilizar-se-á por quaisquer danos causados a ALMT ou a terceiros, por ação ou omissão de seus empregados, ou prepostos, decorrentes da execução deste contrato;
- 13.1.9. Não poderá a CONTRATADA veicular publicidade acerca do objeto a que se refere o presente contrato, salvo autorização específica da ALMT;
- 13.1.10. A CONTRATADA não poderá ceder os créditos, nem sub-rogar direitos e obrigações deste contrato a terceiros;
- 13.1.11. Não poderá a CONTRATADA empregar menores de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre, bem como a não empregar menores de 16 (dezesesseis) anos em qualquer trabalho, salvo na condição de aprendiz, a partir de 14 (catorze) anos.
- 13.1.12. Aplicam-se a este contrato as disposições do Código de Proteção e Defesa do Consumidor instituído pela Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990.

14. INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

- 14.1. Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, a contratada que:
 - 14.1.1. Der causa à inexecução parcial do contrato;
 - 14.1.2. Der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
 - 14.1.3. Der causa à inexecução total do contrato;
 - 14.1.4. Ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
 - 14.1.5. Apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;
 - 14.1.6. Praticar ato fraudulento na execução do contrato;
 - 14.1.7. Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
 - 14.1.8. Praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.
- 14.2. Serão aplicadas aa contratada que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:
- 14.3. Advertência, quando a contratada der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §2º, da Lei nº 14.133, de 2021);
- 14.4. Impedimento de licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nos subitens 13.1.2, 13.1.3 e 13.1.4 deste termo, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, § 4º, da Lei nº 14.133, de 2021);
- 14.5. Declaração de inidoneidade para licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nos subitens 13.1.5, 13.1.6, 13.1.7 e 13.1.8 deste termo, bem como nos subitens 13.1.2,



TERMO DE REFERÊNCIA N.º 009/2025/SCS/ALMT

13.1.3 e 13.1.4, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §5º, da Lei nº 14.133, de 2021).

- 14.6. Multa:
- 14.7. Moratória de 0,5% (meio por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 15 (quinze) dias;
- 14.8. O atraso superior a 15 (dias) autoriza a Administração a promover a extinção do contrato por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas, conforme dispõe o inciso I do art. 137 da Lei n. 14.133, de 2021.
- 14.9. Compensatória, para as infrações descritas nos subitens 13.1.5, 13.1.6, 13.1.7 e 13.1.8, de 3% a 5% do valor do Contrato.
- 14.10. Compensatória, para a inexecução total do contrato prevista no subitem 13.1.3, de 0,5% a 3% do valor do Contrato.
- 14.11. Para infração descrita no subitem 13.1.2, a multa será de 1% a 3% do valor do Contrato.
- 14.12. Para infrações descritas no subitem 13.1.4, a multa será de 3% a 5% do valor do Contrato.
- 14.13. Para a infração descrita no subitem 13.1.1, a multa será de 0,5% a 2% do valor do Contrato.
- 14.14. A aplicação das sanções previstas neste termo não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante (art. 156, §9º, da Lei nº 14.133, de 2021)
- 14.15. Todas as sanções previstas neste termo poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa (art. 156, §7º, da Lei nº 14.133, de 2021).
- 14.16. Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação (art. 157, da Lei nº 14.133, de 2021)
- 14.17. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante a Contratada, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente (art. 156, §8º, da Lei nº 14.133, de 2021).
- 14.18. Previamente ao encaminhamento à cobrança judicial, a multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 10 (dez) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.
- 14.19. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa a Contratada, observando-se o procedimento previsto no caput e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.
- 14.20. Na aplicação das sanções serão considerados (art. 156, §1º, da Lei nº 14.133, de 2021):
- a) A natureza e a gravidade da infração cometida;
 - b) As peculiaridades do caso concreto;
 - c) As circunstâncias agravantes ou atenuantes;
 - d) Os danos que dela provierem para o Contratante;
 - e) A implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.



TERMO DE REFERÊNCIA N.º 009/2025/SCS/ALMT

- 14.21. Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei (art. 159).
- 14.22. A personalidade jurídica da contratada poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos no Contrato ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com a contratada, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia (art. 160, da Lei nº 14.133, de 2021).
- 14.23. O Contratante deverá, no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (CNEP), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal. (Art. 161, da Lei nº 14.133, de 2021).
- 14.24. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133/21.
- 14.25. Os débitos da contratada para com a Administração contratante, resultantes de multa administrativa e/ou indenizações, não inscritos em dívida ativa, poderão ser compensados, total ou parcialmente, com os créditos devidos pelo referido órgão decorrentes deste mesmo contrato ou de outros contratos administrativos que a contratada possua com o mesmo órgão ora contratante.

15. ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

(Referência: IN 81/2022, Art.9, IX)

- 15.1. Nos termos do art. 4º, inciso V, da Resolução Administrativa n. 041/2023, de 21 de dezembro de 2023, a estimativa do valor da contratação será elaborada em documento apartado pela equipe de cotação vinculada à Superintendência de Licitações, com base nas orientações da Lei nº 14.133/2021 e da Instrução Normativa SEGES/ME nº 65/2021.
- 15.2. A Pesquisa de Preço adotará a Amplitude e Rigor Metodológico, conforme estabelecida na Resolução de Consulta nº 20/2016/TCE.
- 15.3. Os preços inicialmente contratados são fixos e irrevogáveis no prazo de um ano contado da data do orçamento estimado.
- 15.4. Após esse período, poderá sofrer reajuste pelo IPCA - Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo, ou outro que vier a substituí-lo, mediante a solicitação da contratada e preenchidos os requisitos previstos na Lei 14.133/2021.

16. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA



TERMO DE REFERÊNCIA N.º 009/2025/SCS/ALMT

As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento desta Casa de Leis, conforme indicado pela Secretaria de Planejamento, Orçamento e Finanças contido nos autos.

17. DISPOSIÇÕES FINAIS

Considerando que o Termo de Referência foi elaborado de forma conveniente e oportuna para atender a demanda da Assembleia Legislativa do Estado de Mato Grosso, validamos este Termo.

Cuiabá, 16 de dezembro de 2025.

TERMO DE ANÁLISE, ELABORAÇÃO, REVISÃO E VALIDAÇÃO

Marcos Lopes da Silva | 41.496

Responsável pela Elaboração

José Carlos Marques Pereira Junior | 41.133

Responsável pela Revisão

Analisado e revisado o **Termo de Referência n.º 09/2025/SCS** inerente e face aos processos e documentos vinculantes **VÁLIDO** os procedimentos legais para realização de **PREGÃO ELETRÔNICO**, com base no Art. 28, inciso I e art. 29 da Lei n. 14.133/2021, cujos atos procedimentais e contratação devem obediência às condições e termos previstos no presente Termo de Referência supracitado, processo administrativo inerente e legislação vigente.

CEL. PM HENRIQUE CORREIA DA SILVA SANTOS | 46.390

Secretário de Comunicação Social - ALMT

ANEXO II

MODELO DA PROPOSTA DE PREÇOS

À Assembleia Legislativa do Estado de Mato Grosso

Ref. Pregão Eletrônico nº ____/____

Apresentamos a Vossa Senhoria nossa proposta comercial, para atender à demanda da Assembleia Legislativa do Estado de Mato Grosso, conforme as condições e especificações técnicas no edital do Pregão Eletrônico nº ____/____.

1 – IDENTIFICAÇÃO:

| | |
|---------------------------------------|-----------------|
| Razão Social: | |
| CNPJ: | |
| Optante pelo SIMPLES? Sim () Não () | |
| Endereço: | |
| Bairro: | Cidade/UF: |
| CEP: | E-mail: |
| Telefone: | |
| Banco: | Conta Bancária: |
| N. da Agência: | |

2 – DETALHAMENTO DA PROPOSTA:

| ITEM / LOTE | DESCRIÇÃO | UND. DE MEDIDA | QT D. | VALOR UNITÁRIO R\$ | VALOR TOTAL R\$ |
|----------------|-----------|----------------------|----------|--------------------------|--------------------|
| | | | | | |

3 – PRAZO DE ENTREGA DO OBJETO: Conforme o edital.

3 – PRAZO DE VALIDADE DA PROPOSTA: Conforme o edital.

4 PRAZO DE GARANTIA: Conforme o edital.

Local e data

(Assinatura e Carimbo)



ANEXO III

MINUTA DO CONTRATO Nº ____/2026/SCCC/ALMT

**CONTRATO QUE ENTRE SI
CELEBRAM A ASSEMBLEIA
LEGISLATIVA DO ESTADO DE
MATO GROSSO, ATRAVÉS DE SUA
MESA DIRETORA E A EMPRESA**

_____.

A **ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO**, doravante denominada **CONTRATANTE**, com sede no Centro Político Administrativo – Cuiabá/MT, inscrita no CNPJ sob nº 03.929.049/0001-11, situada na Avenida André Antônio Maggi, Lote 06, Setor A, Centro Político Administrativo – CPA, Edifício Governador Dante Martins de Oliveira, Cuiabá/MT, CEP 78049-901, neste ato representado pelo Senhor Presidente Deputado Max Russi e o Primeiro Secretário, Ordenador de Despesas – Deputado Dr. João, e de outro lado a Empresa _____, neste ato representada pelo Senhor _____, portador do RG nº _____, e CPF nº _____, doravante denominada **CONTRATADA**, considerando o que consta no Processo Licitatório Pregão Eletrônico nº



11/2025, no Termo de Referência nº 009/2025/SCS – Protocolo SGED nº 2025/1591.7840-4, e sujeitando-se, ainda, às normas da Lei nº 14.133/2021 e suas alterações, e demais normas que regem a espécie, RESOLVEM celebrar o presente contrato, nos seguintes termos e condições:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1.1. O presente contrato tem como objeto a aquisição de equipamentos para modernização do aparato audiovisual da Secretaria de Comunicação Social, bem como dos gabinetes e outros setores da Assembleia Legislativa de Mato Grosso, conforme as condições constantes no Termo de Referência nº 009/2025/SAP, constantes do Processo Licitatório Pregão Eletrônico nº 011/2025 – Protocolo SGED nº 2025/1591.7840-4.

CLÁUSULA SEGUNDA – DAS ESPECIFICAÇÕES E DOS PREÇOS PRATICADOS

2.1. O quantitativo da contratação é de:

| GRUPO 1 | | | | | |
|------------|--|---|---|------|-------------------|
| Nº do Item | Nome do Objeto | Especificações técnicas | Marcas e modelos de referência | Qtd. | Unidade de medida |
| 1 | Câmera Semiprofissional com lente <i>Código TCE: 00074555</i> <i>Código TCE: 411253-9</i> | Sensor e Processamento - Sensor CMOS APS-C de 24,2 MP - Processador DIGIC X - ISO 100-32000 (expansível até ISO 51200) Gravação de Vídeo - Gravação UHD 4K a até 60p - Gravação em Full HD a até 120p - Saída 4K limpa via micro-HDMI Foco Automático - Sistema Dual Pixel CMOS AF II com 651 pontos AF - Detecção de assunto aprimorada Design da Carroceria - Visor eletrônico OLED de 2,36 m de pontos - LCD de ângulo variável de 3,0" - Slot para cartão SD UHS-II Conectividade - Wi-Fi e Bluetooth de 2,4 GHz - Porta USB Type-C e micro-HDMI | Canon Eos R10 Ou Sony ZV-E10 Ou Superior | 24 | Unidade |



| | | | | | |
|---|--|---|---|----|--|
| | | <p>Lente RF-S 18-45mm f/4.5-6.3 IS STM Ou Lente 16-50mm F/3.5-5.6</p> <ul style="list-style-type: none"> - Zoom compacto - Estabilização óptica de imagem - Sistema de foco STM <p>Compatível com a câmera ofertada no item 1.</p> | <p>Lente 18-45mm F/4.5-6.3</p> <p>Ou</p> <p>Lente 16-50mm F/3.5-5.6</p> | | |
| 2 | <p>Flash</p> <p>Código TCE: 000900814</p> | <p>Número Guia (GN): Acima de 40;</p> <ul style="list-style-type: none"> - Alcance do Zoom: Distâncias focais de 24 a 105mm, com o painel difusor embutido, para lentes grande-angulares; - Níveis de Potência: Ajuste de 1/1 (potência total) até 1/1024; - Tempo de Reciclagem: 2,5 segundos ou menos, permitindo disparos contínuos; - Cabeça giratória: Movimento na vertical de 0° a 90° e na horizontal (rotação) de -150° a 180°; - Modos de Flash: Modos TTL, E-TTL II/E-TTL e modo manual; - Sincronismo: de alta velocidade (High-Speed Sync) e sincronismo na segunda cortina (Second-Curtain Sync); - Comunicação Wireless: Capacidade de transmissão e recepção por rádio frequência, permitindo que ele seja usado fora da câmera; - Alimentação: Bateria de Lítio ou pilhas AA (alcalinas ou Ni-MH). <p>Compatível com a câmera ofertada no item 1.</p> | <p>Canon Speedlite EI-10</p> <p>Ou</p> <p>Godox V1</p> <p><i>Compatível com a câmera(item 1).</i></p> | 24 | |

| GRUPO 2 | | | | | |
|------------|--|--|--|-----|-------------------------------|
| Nº do Item | Nome do Objeto | Especificações técnicas | Marcas e modelos de referência | Qtd | Unidade de medida |
| 3 | <p>Câmera Profissional</p> <p>Código TCE: 000900731</p> | <p>Tipo: Câmera Mirrorless híbrida;</p> <p>Sensor: Full-Frame, CMOS retro iluminado ou empilhado;</p> <p>Resolução: Mínimo de 33 MP;</p> | <p>Sony Câmera Alpha 7IV Full-Frame</p> | 12 | <p>Unidade</p> <p>Unidade</p> |



| | | | | | |
|----------|---|---|---|----|--|
| | | <p>Processador de Imagem: Sistema dual ou avançado;</p> <p>Sistema de Autofoco: Autofoco híbrido com tecnologia IA, cobrindo $\geq 90\%$ do quadro; detecção de olhos e objetos em movimento;</p> <p>Gravação de Vídeo: Capacidade mínima de gravação em 4K (60 fps);</p> <p>Estabilização de Imagem: Estabilização no corpo (IBIS) com eficiência mínima de 8 stops e suporte a estabilização em 5 eixos;</p> <p>Suporte a gravações em RAW, Log e HDR;</p> <p>Conectividade: Wi-Fi, Bluetooth e compatibilidade com aplicativos para controle remoto;</p> <p>Tela LCD: Tela articulada touchscreen ($\geq 3,2''$), resolução $\geq 2,1$ milhões de pontos;</p> <p>Peso: Máximo 800 g (com bateria)</p> <p>Itens Incluídos: Câmera (corpo), bateria recarregável original, carregador original para bateria, alça para transporte da câmera, cabo USB-C, tampa protetora do sensor e manual do usuário.</p> | <p>Ou</p> <p>Canon EOS R6 Mark II</p> <p>Ou</p> <p>Superior</p> | | |
| 4 | <p>Flash</p> <p><i>Código TCE: 000900732</i></p> | <ul style="list-style-type: none"> - Número Guia (GN): Acima de 40; - Alcance do Zoom: Distâncias focais de 24 a 105mm, com o painel difusor embutido, para lentes grande-angulares; - Níveis de Potência: Ajuste de 1/1 (potência total) até 1/1024; - Tempo de Reciclagem: 2,5 segundos ou menos, permitindo disparos contínuos; - Cabeça giratória: Movimento na vertical de 0° a 90° e na horizontal (rotação) de -150° a 180°; - Modos de Flash: Modos TTL, E-TTL II/E-TTL e modo manual; | <p>Godox V1 Pro V1Pro-S Flash</p> <p>Ou</p> <p>Profoto A10</p> <p><i>Compatível com a câmera ofertada no item 3</i></p> | 12 | |



| | | | | | |
|---|---|---|--|----|--|
| | | <p>- Sincronismo: de alta velocidade (High-Speed Sync) e sincronismo na segunda cortina (Second-Curtain Sync);</p> <p>- Comunicação Wireless: Capacidade de transmissão e recepção por rádio frequência, permitindo que ele seja usado fora da câmera;</p> <p>- Alimentação: Bateria de Lítio ou pilhas AA (alcalinas ou Ni-MH).</p> <p>Compatível com a câmera ofertada no item 3.</p> | | | |
| 5 | <p>Lente 24-70mm</p> <p>Código TCE: 000900733</p> | <p>Tipo: Lente Zoom Padrão</p> <p>Distância Focal: 24-70mm</p> <p>Abertura Máxima: f/2.8</p> <p>Montagem: compatível com a câmera ou adaptável via adaptador</p> <p>Itens incluídos: lente e o adaptador (se necessário)</p> <p>Compatível com a câmera ofertada no item 3</p> | <p>Lente Sony FE 24-70mm f/2.8 GM II E-Mount</p> <p>Ou</p> <p>Sigma 24-70mm f/2.8 DG DN Art</p> <p><i>Compatível com a câmera ofertada no item 3</i></p> | 12 | |
| 6 | <p>Lente 70-200mm</p> <p>Código TCE: 000900734</p> | <p>Tipo: Lente Teleobjetiva</p> <p>Distância Focal: 70-200mm</p> <p>Abertura Máxima: f/2.8</p> <p>Montagem: compatível com a câmera ou adaptável via adaptador</p> <p>Itens Incluídos: lente e o adaptador (se necessário).</p> <p>Compatível com a câmera ofertada no item 3</p> | <p>Lentes Sony FE 70-200mm f/2.8 GM II E-Mount</p> <p>Ou</p> | 8 | |



| | | | | | |
|---|--|---|--|---|--|
| | | | Lente Sigma 70-200mm f/2.8 DG DN OS Sports <i>Compatível com a câmera ofertada no item 3</i> | | |
| 7 | Lente 16-35mm Código TCE: 000900815 | Tipo: Lente Grande Angular Distância Focal: 16-35mm Abertura Máxima: f/2.8 Montagem: compatível com a câmera ou adaptável via adaptador Itens Incluídos: lente e o adaptador (se necessário) Compatível com a câmera ofertada no item 3 | Lentes Sony FE 16-35mm f/2.8 GM Ou Sigma 14-24mm f/2.8 DG DN Art <i>Compatível com a câmera do item 3</i> | 3 | |
| 8 | Bateria extra p/ câmera Código TCE: 00060872 | Bateria extra NP-FZ100, 2280mAh Compatível com a câmera ofertada no item 3 | Bateria Sony NP-FZ100 Ou Wasabi Power <i>Compatível com a câmera do item 3</i> | 8 | |



| | | | | | |
|---|--|---|--|---|--|
| 9 | Carregador para bateria da Câmera <i>Código TCE: 000900727</i> | Carregador de bateria NP-FZ100 ou Wasabi Power de 3 slots; cabo de carregamento USB-C; compatível com a câmera; com certificação CE/FCC/RoHS/3C, proteções múltiplas integradas (sobretensão, sobrecorrente, curto-circuito, alta temperatura, sobrecarga). Compatível com a bateria ofertada no item 8 | | 1 | |
|---|--|---|--|---|--|

GRUPO 3 – ITENS NÃO AGRUPADOS – EXCLUSIVOS PARA ME/EPP

| Nº do Item | Nome do Objeto | Especificações técnicas | Marcas e modelos de referência | Qtd | Unidade de medida |
|------------|---|---|--|-----|-------------------|
| 10 | Mochila colete <i>Código TCE: 388109-1</i> | Bolsa multifuncional 3 em 1, concebida especialmente para profissionais. Tem a possibilidade de ser utilizada como mochila, como colete ou como bolsa. | Now Bomb Ou Similar | 8 | Unidade |
| 11 | Cartão de Memória <i>Código TCE: 398908-9</i> | Capacidade: 64 GB Formato do cartão: SDXC Resolução máxima de vídeo: 4K Velocidade de leitura: 200 MB/s Classe de velocidade: 10 Classe de velocidade UHS-I: U3 Velocidade de gravação: 90 MB/s Compatível com as câmeras (itens 1 e 3). | Sandisk Sd Xc 64gb Extreme Pro 200 Mb/s Ou Similar <i>Compatível com as câmeras (itens 1 e 3)</i> | 36 | Unidade |
| 12 | Smartphon e de alto desempenh o | Os aparelhos (Smartphones) deverão possuir os seguintes requisitos mínimos : <ul style="list-style-type: none"> • Smartphone topo de linha da marca; • Câmera frontal: 12mp ou superior; • Resolução de vídeo: Gravação de vídeo 4K ou superior; | Iphone 16 Pro Max Ou | 3 | Unidade |



| | | | | | |
|--|--------------------------------|--|--|--|--|
| | Código TCE: 00089657 | <ul style="list-style-type: none"> Tamanho da tela: Mínimo de 6,3 polegadas; Sistema operacional: IOS 16 (ou superior) ou Android 15 (ou superior); Processador: seis núcleos (hexa-core) ou superior; Memória RAM: 8GB ou superior; Memória interna: 1TB; Conectividade: 5G, Wi-Fi e Bluetooth. | Samsung Galaxy S25 Ultra Ou Superior | | |
|--|--------------------------------|--|--|--|--|

2.2. O valor global do presente contrato é de **R\$** _____.

CLÁUSULA TERCEIRA – DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

3.1. As despesas decorrentes do presente procedimento licitatório correrão pela dotação orçamentária – Exercício de 2026 da Assembleia Legislativa do Estado de Mato Grosso, a seguir:

| | Número | Histórico |
|----------------------------|--------|-----------|
| Projeto/Atividade | | |
| Elemento de Despesa | | |
| Fonte de Recurso | | |

3.2. No(s) exercício(s) seguinte(s), as despesas correspondentes correrão à conta dos recursos próprios para atender às despesas da mesma natureza, cuja alocação será feita no início de cada exercício financeiro.

CLÁUSULA QUARTA – DOS PRAZOS DE VIGÊNCIA E EXECUÇÃO

4.1. O prazo de vigência do contrato é de 12 (doze) meses, na forma do artigo 105 da Lei nº 14.133, de 2021, contados da data de publicação no Portal Nacional de Compras Públicas, na forma do artigo 94 da mesma Lei.

4.2. A CONTRATANTE providenciará a publicação do presente Contrato, em extrato, no Diário Oficial Eletrônico da Assembleia Legislativa do Estado de Mato Grosso, conforme determina os artigos 296 e 297 do Decreto 1.525 de 23 de novembro de 2022.

CLÁUSULA QUINTA – DO MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

Condições de entrega

5.1. O prazo de entrega dos bens será de 10 (dez) dias úteis, contados do recebimento da ordem de fornecimento.



5.2. Caso não seja possível a entrega na data assinalada, a empresa deverá comunicar as razões respectivas com pelo menos 03 (três) dias de antecedência para que qualquer pleito de prorrogação de prazo seja analisado, ressalvadas situações de caso fortuito e força maior.

5.3. Os bens poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, inclusive antes do recebimento provisório, quando em desacordo com as especificações constantes no termo de referência e na proposta, a contar da notificação da contratada, devendo ser substituídos às custas da contratada, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

5.3.1. O prazo de troca do produto será de até 10 (dez) dias úteis, contados a partir do conhecimento da razão da troca por parte do fornecedor.

5.3.2. O descumprimento poderá acarretar sanções conforme previsto na legislação vigente.

5.4. Os produtos deverão ser novos e em primeiro uso.

5.5. Os materiais deverão possuir certificado junto ao INMETRO, quando couber, e estarem de acordo com a legislação e/ou normas vigentes, em consonância com o art. 42, da Lei Federal 14.133, de 2021.

5.6. As embalagens dos produtos deverão ser originais do fabricante, atóxicas, limpas, lacrada e íntegras, ou seja, sem rasgos, sem amassados, sem trincas ou outras imperfeições.

5.7. Na rotulagem deverá constar o nome e composição do produto, lote, data de fabricação e de validade, quando couber, número do CNPJ, nome e endereço do fabricante/produtor, condições de armazenamento, quantidade e peso, quantidade.

5.8. Não serão aceitos materiais que não apresentarem as características estabelecidas neste instrumento, bem como aqueles diferentes da marca ofertada na proposta da empresa vencedora do certame licitatório.

5.9. A contratante poderá rejeitar, no todo ou em parte, o fornecimento executado em desacordo com as especificações e condições deste termo de referência, por meio de termo circunstanciado, no qual deverá constar o motivo da não aceitação do objeto contratado.

Local de entrega do objeto

5.10. Os bens deverão ser entregues no seguinte endereço: Edifício Gov. Dante Martins de Oliveira, Avenida André Antônio Maggi, s/n - CPA - Cuiabá/MT, CNPJ nº 03.929.049/0001-11, de segunda a sexta-feira, das 08:00 às 12:00 e das 14:00 às 18:00 e deverão ser acondicionados em local indicado pela CONTRATANTE.

5.11. A contratada deverá fornecer o equipamento adquirido atualizada pelo fabricante.

Garantia do objeto

5.12. Os equipamentos entregues deverão ter garantia e assistência técnica do fabricante por, no mínimo, 12 (doze) meses, a contar da data do recebimento, sendo que prevalecerá a garantia oferecida pelo fabricante, caso o prazo seja superior ao estabelecido pela norma citada.



5.13. Deve ser disponibilizada assistência técnica local para os equipamentos durante o período de garantia, garantindo o atendimento em um prazo máximo de 72 horas após o chamado.

5.14. Não existindo assistência técnica local, a CONTRATADA deverá arcar com as despesas para o envio do equipamento para a assistência técnica.

5.14.1. Durante o período em que o equipamento estiver ausente para realização de assistência técnica, a CONTRATADA deverá fornecer, sem ônus adicional, um equipamento substituto de características equivalentes, garantindo a continuidade das atividades da CONTRATANTE.

5.15. Durante o período de garantia, o órgão não efetuará nenhum tipo de pagamento a contratada a título de deslocamento de pessoal, veículos, transporte, impostos, taxas, hospedagem, fretes e outros, na solução de problemas que ensejaram o acionamento de tal garantia.

5.16. No caso dos bens referentes à substituição, o prazo de garantia será o mesmo concedido ao bem originalmente substituído, iniciando a contagem a partir da data da substituição.

5.17. Os fornecedores de produtos de consumo duráveis ou não duráveis respondem solidariamente pelos vícios de qualidade ou quantidade que os tornem impróprios ou inadequados ao consumo a que se destinam ou lhes diminuam o valor, assim como por aqueles decorrentes da disparidade, com a indicações constantes do recipiente, da embalagem, rotulagem ou mensagem publicitária, respeitadas as variações decorrentes de sua natureza, podendo o consumidor exigir a substituição das partes viciadas, nos termos do art. 18 da Lei Federal n.º 8.078, de 1990.

5.18. Aplicam-se subsidiariamente as normas da Lei n.º 8.078, de 11 de setembro de 1990 (Código de Defesa do Consumidor).

CLÁUSULA SEXTA – CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E PAGAMENTO

Liquidação

6.1. Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, o pagamento será efetuado no prazo de até 30 (trinta) dias contados do atesto definitivo, observados os termos da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77, de 2022.

6.2. Para fins de liquidação, o setor competente deverá verificar se a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente apresentado expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

6.2.1. O prazo de validade;

6.2.2. A data da emissão;

6.2.3. Os dados do contrato e do órgão contratante;

6.2.4. O valor a pagar; e

6.2.5. Eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.



6.3. Havendo erro na apresentação da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus ao contratante.

6.4. No caso de atraso pela Contratante, os valores devidos a contratada serão atualizados monetariamente entre o termo final do prazo de pagamento até a data de sua efetiva realização, mediante aplicação do IPCA - Índice Nacional e Preços ao Consumidor Amplo, ou outro que vier a substituí-lo.

Forma de pagamento

6.5. O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado.

6.6. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

6.7. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

6.8. O contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

CLÁUSULA SÉTIMA – DO RECEBIMENTO

Recebimento

7.1. Os equipamentos serão recebidos provisoriamente, de forma sumária, no ato da entrega, juntamente com a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, pelo(a) responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta.

7.2. O equipamento poderá ser rejeitado, no todo ou em parte, inclusive antes do recebimento provisório, quando em desacordo com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituído no prazo de 10 (dez) dias úteis, a contar da notificação a contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

7.3. O recebimento definitivo ocorrerá no prazo de 10 (dez) dias úteis, a contar do recebimento da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente pela Administração, após a verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação mediante termo detalhado.

7.4. O prazo para recebimento definitivo poderá ser excepcionalmente prorrogado, de forma justificada, por igual período, quando houver necessidade de diligências para a aferição do atendimento das exigências contratuais.



7.5. No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021, comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal no que pertine à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.

7.6. O prazo para a solução, pelo contratado, de inconsistências na execução do objeto ou de saneamento da nota fiscal ou de instrumento de cobrança equivalente, verificadas pela Administração durante a análise prévia à liquidação de despesa, não será computado para os fins do recebimento definitivo.

7.7. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança dos bens nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

CLÁUSULA OITAVA – DO MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

8.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua Inexecução total ou parcial.

8.2. O acompanhamento e a fiscalização da execução do contrato serão exercidos por servidor desta Casa de Leis, especialmente designado na forma dos artigos 117 da Lei nº 14.133/21, do art. 10 do Decreto nº 9.507/2018 e conforme Instrução Normativa nº 5, de 26 de maio de 2017;

8.3. Não obstante a empresa ser a única e exclusiva responsável pela execução do contrato, a Administração reserva-se o direito de, sem que de qualquer forma restrinja a plenitude desta responsabilidade, exercer a mais ampla e completa fiscalização sobre os serviços diretamente por fiscal designado.

8.4. A fiscalização registrará as ocorrências decorridas na execução do contrato, bem como qualquer anormalidade verificada, documentando, ainda, as reuniões realizadas com a empresa.

8.5. Identificada qualquer inexecução ou irregularidade, o fiscal do contrato emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção;

8.6. As decisões e as providências que ultrapassarem a competência da fiscalização serão encaminhadas à autoridade competente desta Casa de Leis para adoção das medidas convenientes, consoante disposto no § 2º, do art. 117, da Lei nº. 14.133/21.

8.7. O fiscal deverá assinar o comprovante de execução do contrato, emitido pela Contratada em duas vias, retendo uma das vias, que deverá ser juntada aos autos, para controle dos objetos executados.

8.8. Caberá ao Fiscal do Contrato atestar a Nota Fiscal após sua conferência com a Ordem de Serviço e os comprovantes de execução do contrato, fazendo de tudo juntada ao processo, remetendo-o a autoridade superior para pagamento.

8.9. O fiscal do contrato verificará a manutenção das condições de habilitação da contratada, acompanhará o empenho, o pagamento, as glosas e a formalização de apostilamento e termos



aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário (Art. 23, I e II, do Decreto nº 11.246, de 2022).

8.10. O fiscal notificará a Contratada, por escrito, sobre quaisquer irregularidades constatadas, solicitando a regularização das mesmas no prazo máximo de 48 (quarenta e oito) horas.

8.11. A presença da fiscalização desta Casa de Leis não elide nem diminui a responsabilidade da empresa Contratada;

8.12. A ação ou omissão, total ou parcial, da fiscalização da CONTRATANTE, não fará cessar nem diminuir a responsabilidade da CONTRATADA pelo perfeito cumprimento das obrigações estabelecidas neste Termo, nem por quaisquer danos ou irregularidades constatadas a posteriori.

CLÁUSULA NONA – DA SUBCONTRATAÇÃO

9.1. Não é admitida a subcontratação do objeto contratual.

CLÁUSULA DÉCIMA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

10.1. Para garantir a fiel execução dos termos e das condições registradas, a empresa fornecedora se compromete a:

10.2. Fornecer, sempre que solicitado pela Assembleia Legislativa do Estado de Mato Grosso, esclarecimentos e informações técnicas sobre o objeto do contrato.

10.3. Manter durante a execução deste contrato as condições de habilitação e de qualificação que ensejaram sua contratação;

10.4. Apresentar cópias autenticadas das alterações do ato constitutivo, sempre que houver;

10.5. Efetuar o pagamento de seguros, tributos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, comerciais, assim como quaisquer outras despesas diretas e/ou indiretas relacionadas com a execução deste contrato;

10.6. Manter, durante a realização de serviços nas dependências da ALMT (se houver), os seus empregados e prepostos uniformizados, devidamente identificados e munidos dos equipamentos de proteção e segurança do trabalho, quando for o caso;

10.7. Manter preposto para este contrato que irá representá-la sempre que for necessário;

10.8. Os empregados incumbidos da execução dos serviços não terão qualquer vínculo empregatício com a ALMT, sendo remunerados única e exclusivamente pela CONTRATADA e a ela vinculados;

10.9. A CONTRATADA responsabilizar-se-á por quaisquer danos causados a ALMT ou a terceiros, por ação ou omissão de seus empregados, ou prepostos, decorrentes da execução deste contrato;



10.10. Não poderá a CONTRATADA veicular publicidade acerca do objeto a que se refere o presente contrato, salvo autorização específica da ALMT;

10.11. A CONTRATADA não poderá ceder os créditos, nem sub-rogar direitos e obrigações deste contrato a terceiros;

10.12. Não poderá a CONTRATADA empregar menores de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre, bem como a não empregar menores de 16 (dezesseis) anos em qualquer trabalho, salvo na condição de aprendiz, a partir de 14 (catorze) anos.

10.13. Aplicam-se a este contrato as disposições do Código de Proteção e Defesa do Consumidor instituído pela Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

11.1. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pela Contratada, de acordo com o contrato e seus anexos;

11.2. Prestar as informações e os esclarecimentos atinentes ao Objeto, que venham a ser solicitados pela CONTRATADA;

11.3. Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência;

11.4. Notificar a Contratada, por escrito, sobre vícios, defeitos ou incorreções verificadas no objeto fornecido, para que seja por ele substituído, reparado ou corrigido, no total ou em parte, às suas expensas;

11.5. Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato e o cumprimento das obrigações pela contratada;

11.6. Comunicar a empresa para emissão de Nota Fiscal em relação à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento, quando houver controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, conforme o art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021;

11.7. Efetuar o pagamento a Contratada do valor correspondente à execução do objeto, no prazo, forma e condições estabelecidos no presente Contrato e no Termo de Referência;

11.8. Aplicar a Contratada as sanções previstas na lei e neste Contrato;

11.9. Cientificar o órgão pertinente da Contratante para adoção das medidas cabíveis quando do descumprimento de obrigações pela contratada;

11.10. Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução do presente Contrato, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste.

11.10.1. A Administração terá o prazo de 30 (trinta) dias, a contar da data do protocolo do requerimento para decidir, admitida a prorrogação motivada, por igual período.



11.11. Responder eventuais pedidos de reestabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro feitos pela contratada no prazo máximo de 30 (trinta) dias.

11.12. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela Contratada com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato da contratada, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DO REAJUSTE

12.1. Os preços inicialmente contratados são fixos e irrevogáveis no prazo de um ano contado da data do orçamento estimado.

12.2. Após esse período, poderá sofrer reajuste pelo IPCA - Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo, ou outro que vier a substituí-lo, mediante a solicitação da contratada e preenchidos os requisitos previstos na Lei 14.133/2021.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DAS INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

13.1. Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, a contratada que:

13.2.1. Der causa à inexecução parcial do contrato;

13.2.2. Der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;

13.2.3. Der causa à inexecução total do contrato;

13.2.4. Ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;

13.2.5. Apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;

13.2.6. Praticar ato fraudulento na execução do contrato;

13.2.7. Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;

13.2.8. Praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

13.3. Serão aplicadas à contratada que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:

13.4. Advertência, quando a contratada der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §2º, da Lei nº 14.133, de 2021);



13.5. Impedimento de licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nos subitens 13.1.2, 13.1.3 e 13.1.4 deste termo, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, § 4º, da Lei nº 14.133, de 2021);

13.6. Declaração de inidoneidade para licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nos subitens 13.1.5, 13.1.6, 13.1.7 e 13.1.8 deste termo, bem como nos subitens 13.1.2, 13.1.3 e 13.1.4, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §5º, da Lei nº 14.133, de 2021).

13.7. Multa:

13.8. Moratória de 0,5% (meio por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 15 (quinze) dias;

13.9. O atraso superior a 15 (dias) autoriza a Administração a promover a extinção do contrato por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas, conforme dispõe o inciso I do art. 137 da Lei n. 14.133, de 2021.

13.10. Compensatória, para as infrações descritas nos subitens 13.1.5, 13.1.6, 13.1.7 e 13.1.8, de 3% a 5% do valor do Contrato.

13.11. Compensatória, para a inexecução total do contrato prevista no subitem 13.1.3, de 0,5% a 3% do valor do Contrato.

13.12. Para infração descrita no subitem 13.1.2, a multa será de 1% a 3% do valor do Contrato.

13.13. Para infrações descritas no subitem 13.1.4, a multa será de 3% a 5% do valor do Contrato.

13.14. Para a infração descrita no subitem 13.1.1, a multa será de 0,5% a 2% do valor do Contrato.

13.15. A aplicação das sanções previstas neste termo não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante (art. 156, §9º, da Lei nº 14.133, de 2021)

13.16. Todas as sanções previstas neste termo poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa (art. 156, §7º, da Lei nº 14.133, de 2021).

13.17. Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação (art. 157, da Lei nº 14.133, de 2021).

13.18. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante a Contratada, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente (art. 156, §8º, da Lei nº 14.133, de 2021).

13.19. Previamente ao encaminhamento à cobrança judicial, a multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 10 (dez) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.



13.20. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa a Contratada, observando-se o procedimento previsto no caput e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

13.21. Na aplicação das sanções serão considerados (art. 156, §1º, da Lei nº 14.133, de 2021):

- a) A natureza e a gravidade da infração cometida;
- b) As peculiaridades do caso concreto;
- c) As circunstâncias agravantes ou atenuantes;
- d) Os danos que dela provierem para o Contratante;
- e) A implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

13.22. Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei (art. 159).

13.23. A personalidade jurídica da contratada poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos no Contrato ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com a contratada, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia (art. 160, da Lei nº 14.133, de 2021).

13.24. O Contratante deverá, no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (CNEP), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal. (Art. 161, da Lei nº 14.133, de 2021).

13.25. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133/21.

13.26. Os débitos da contratada para com a Administração contratante, resultantes de multa administrativa e/ou indenizações, não inscritos em dívida ativa, poderão ser compensados, total ou parcialmente, com os créditos devidos pelo referido órgão decorrentes deste mesmo contrato ou de outros contratos administrativos que a contratada possua com o mesmo órgão ora contratante.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – CLÁUSULA ANTICORRUPÇÃO

14.1. Para Execução deste contrato, nenhuma das partes poderá oferecer, dar ou se comprometer a dar a quem quer que seja, ou aceitar ou se comprometer a aceitar de quem quer que seja, tanto por conta própria quanto por intermédio de outrem, qualquer pagamento, doação, compensação vantagens financeiras ou benefícios de qualquer espécie, seja de forma



direta ou indireta quanto ao objeto deste contrato, ou de outra forma a ele relacionada, o que deve ser observado, ainda, pelos prepostos e colaboradores.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DOS CASOS OMISSOS

15.1. Os casos omissos serão decididos pela **CONTRATANTE**, segundo as disposições contidas na Lei nº 14.133, de 2021, e demais normas federais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078, de 1990 – Código de Defesa do Consumidor – e normas e princípios gerais dos contratos.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

16.1. Eventuais alterações contratuais observarão a disciplina dos artigos 124 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021.

16.2. A contratada fica obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários na execução do objeto, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

16.3. As alterações contratuais serão formalizadas por meio de termo aditivo, o qual deverá ser submetido à prévia análise e aprovação da assessoria jurídica do contratante, salvo na hipótese de comprovada necessidade de antecipação dos efeitos, caso em que a formalização ocorrerá no prazo máximo de 1 (um) mês, conforme disposto no art. 132 da Lei nº 14.133, de 2021.

16.4. Registros que não impliquem alteração do contrato, tais como atualizações de endereço, substituições de representantes ou outras ocorrências meramente administrativas, poderão ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do art. 136 da Lei nº 14.133, de 2021.

16.5. Incumbirá ao contratante promover a divulgação do extrato do contrato e de seus aditamentos no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), nos termos do art. 94 da Lei nº 14.133, de 2021, bem como no respectivo site oficial na Internet, em atenção ao art. 91, caput, da mesma lei e ao art. 8º, §2º, da Lei nº 12.527, de 2011.

16.6. Para dirimir os litígios decorrentes da execução do contrato que não puderem ser resolvidos administrativamente ou por conciliação, fica eleito o foro da Comarca de Cuiabá, capital do Estado de Mato Grosso, com renúncia a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – DO FORO

17.1. Fica eleito o foro da cidade de Cuiabá, Estado de Mato Grosso, como competente para dirimir quaisquer dúvidas ou questões decorrentes da execução deste Contrato.

17.2. E, por se acharem justas e contratadas, as partes assinam o presente instrumento na presença das testemunhas abaixo, em 3 (três) vias de igual teor e forma, para que produza todos os efeitos legais.



Cuiabá/MT, em _____ de _____ de 2026.

| | |
|--|---|
| <u>CONTRATANTE</u> ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO CNPJ nº 03.929.049/0001-11 | <u>DEPUTADOS – MESA DIRETORA</u> Dep. Max Russi: _____ Presidente Dep. Dr. João: _____ 1º Secretário |
| <u>CONTRATADA</u> CNPJ nº _____ ASSINATURA: _____ | <u>REPRESENTANTE LEGAL</u> NOME: _____ RG Nº: _____ CPF : _____ ASSINATURA: _____ |
| <u>TESTEMUNHA</u> NOME: _____ RG Nº: _____ CPF Nº: _____ ASSINATURA: _____ | <u>TESTEMUNHA</u> NOME: _____ RG Nº: _____ CPF : _____ ASSINATURA: _____ |

